

# Índice

---

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

## 2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	24
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	25
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	26
4.5 - Processos sigilosos relevantes	27
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	28
4.7 - Outras contingências relevantes	29
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	30

## 5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	31
--	----

## Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	36
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	38
5.4 - Outras informações relevantes	39
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	40
6.3 - Breve histórico	41
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	44
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	46
6.7 - Outras informações relevantes	47
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	48
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	51
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	53
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	57
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	58
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	62
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	63
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	64
7.9 - Outras informações relevantes	65
<b>8. Grupo econômico</b>	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	66
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	68
8.3 - Operações de reestruturação	69
8.4 - Outras informações relevantes	70
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	71
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	72

## Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	73
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	74
9.2 - Outras informações relevantes	77
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	78
10.2 - Resultado operacional e financeiro	87
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	89
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	90
10.5 - Políticas contábeis críticas	92
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	105
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	106
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	107
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	108
10.10 - Plano de negócios	109
10.11 - Outros fatores com influência relevante	112
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	113
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	114
<b>12. Assembleia e administração</b>	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	115
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	120
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	122
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	123
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	124
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	125
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	129
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	130

## Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	131
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	134
12.12 - Outras informações relevantes	135

### 13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	136
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	139
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	143
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	144
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	146
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	147
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	148
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	149
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	150
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	151
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	152
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	153
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	154
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	155
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	156
13.16 - Outras informações relevantes	157

### 14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	158
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	160
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	161

## Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	175
<b>15. Controle</b>	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	176
15.3 - Distribuição de capital	182
15.4 - Organograma dos acionistas	183
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	184
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	185
15.7 - Outras informações relevantes	186
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	187
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	188
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	203
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações sobre o capital social	204
17.2 - Aumentos do capital social	205
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	206
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	207
17.5 - Outras informações relevantes	208
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.1 - Direitos das ações	209
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	211
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	212
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	213
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	214
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	215

## Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	216
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	217
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	218
18.10 - Outras informações relevantes	219
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	220
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	221
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	222
19.4 - Outras informações relevantes	223
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	224
20.2 - Outras informações relevantes	226
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	227
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	228
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	231
21.4 - Outras informações relevantes	232
<b>22. Negócios extraordinários</b>	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	233
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	234
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	235
22.4 - Outras informações relevantes	236

## 1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Roberto Estefano**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente/Relações com Investidores

**Os diretores acima qualificados, declaram que:**

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

**2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	319-0
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	62.650.403/0001-33
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/05/2006 a 31/12/2010
<b>Descrição do serviço contratado</b>	A BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 151 mil para prestação de serviços de auditoria
<b>Justificativa da substituição</b>	A Empresa BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI AUDITORES DEPENDENTES S/S, foi substituída tendo em vista o disposto no Art. 31 da Instrução CVM 308, de 14 de maio de 1999, onde o Conselho de Administração em reunião realizada no dia 02 de março de 2011 determinou a substituição da mesma.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não há.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
GERALDO CARLOS SILVESTRE	01/05/2006 a 30/09/2010	022.913.488-25	Av. das Nações Unidas, 11633, 11º andar, Brooklin, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04578-901, Telefone (011) 55098100, Fax (011) 55098103, e-mail: gsilvestre@boucinhasconti.com.br
TOSHIO NISHIOKA	01/10/2010 a 31/12/2010	480.427.228-34	Av. das Nações Unidas, 11633, 11º Andar, Brooklin, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04578-901, Telefone (11) 55098100, Fax (11) 55098103, e-mail: gsilvestre@boucinhasconti.com.br



<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	1132-0
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	GF AUDITORES INDEPENDENTES
<b>CPF/CNPJ</b>	10.448.113/0001-08
<b>Período de prestação de serviço</b>	01/01/2011
<b>Descrição do serviço contratado</b>	A GF AUDITORIES INDEPENDENTES foi contratada para a realizar auditoria e emitir relatório sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 111 mil para prestação de serviços de auditoria.
<b>Justificativa da substituição</b>	
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marco Antonio Gouvêa de Azevedo	01/01/2011	197.538.368-05	Av. Paulista, 568, 7º andar, Jardim Paulista, São Paulo, SP, Brasil, CEP 01310-000, Telefone (011) 32514013, Fax (011) 32514013, e-mail: angelo@gorioux.com.br

### **2.3 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

**3.1 - Informações Financeiras - Individual**

<b>(Reais)</b>	<b>Últ. Inf. Contábil (31/03/2013)</b>	<b>Exercício social (31/12/2012)</b>	<b>Exercício social (31/12/2011)</b>	<b>Exercício social (31/12/2010)</b>
Patrimônio Líquido	32.655.000,00	29.195.000,00	40.314.000,00	34.432.000,00
Ativo Total	257.389.000,00	241.166.000,00	220.357.000,00	175.016.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	60.619.000,00	221.674.000,00	237.062.000,00	225.976.000,00
Resultado Bruto	25.491.000,00	92.613.000,00	101.784.000,00	92.523.000,00
Resultado Líquido	4.731.000,00	-12.317.000,00	6.723.000,00	9.497.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	36.960.000	36.960.000	36.960.000	36.960.000
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,883500	0,789900	1,090700	0,931600
Resultado Líquido por Ação	0,128000	-0,333300	0,181900	0,257000

### 3.2 - Medições não contábeis

#### a) valor das medições não contábeis

O EBITDA é o lucro líquido do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social das despesas financeiras e da depreciação e amortização e deduzido das receitas financeiras. O EBITDA não é uma medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido ou para o fluxo de caixa como indicador de desempenho operacional ou liquidez da Companhia. Nos nossos negócios, o EBITDA é utilizado como medida do nosso desempenho operacional e liquidez.

(em R\$ mil, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
EBITDA	13.773	26.370	23,927
Margem EBITDA	5,02%	9,6%	9,7%

#### b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e EBITDA

EBITDA - Consolidado	2012	2011	%
Receita líquida	274.172	275.528	-0,5%
(-) CPV e despesas SG&A	(273.793)	(257.535)	6,3%
(+) Outras receitas/(despesas) operacionais	6.831	2.421	182,2%
(+) Resultado atribuível acionistas não controladores	58	164	-64,6%
(+) Depreciações e amortizações	6.505	5.792	12,3%
EBITDA	13.773	26.370	-47,8%
Margem %	5,02%	9,6%	-4,58 p.p.

#### c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Entendemos que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da nossa condição financeira e do nosso resultado por possibilitar a análise do nosso resultado operacional, sem os efeitos oriundos de nossa estrutura de capital, impactos tributários e demais resultados não operacionais. Esta medição permite ainda uma melhor comparação com os resultados de outras companhias do mesmo setor por nivelar os resultados decorrentes das estratégias financeiras e fiscais de cada companhia.

### **3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras**

Não houve evento subsequente nas informações trimestrais findas em 31 de março de 2013.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

#### a) regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária poderão deliberar e reter parcela do lucro líquido do exercício alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Além disso, o Estatuto Social da Companhia estabelece que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

O lucro líquido do exercício, obtido após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, poderá ter a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) uma parcela a ser fixada pela Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, para Reserva para Contingência, na forma do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela a ser fixada pela Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de Administração, para Reserva de lucros a realizar, na forma do artigo 197 das Sociedades por Ações; (iv) do saldo remanescente após as deduções constantes das alíneas "a" e "b", supra, uma porcentagem de 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo obrigatório; e (v) o saldo eventual dos lucros terá o destino que a Assembleia Geral determinar, por proposta dos órgãos de Administração, e em caso de distribuição, esta será efetuada entre as ações, em igualdade de condições.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 12.317.264,88 (doze milhões, trezentos e dezessete mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 29.04.13, deliberou sobre a absorção de parte do prejuízo apurado no exercício utilizando os saldos existentes nas contas de reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 4.790.354,52 (quatro milhões, setecentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 2.288.436,55 (dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) e na reserva legal no montante de R\$ 336.165,22 (trezentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos). O restante do prejuízo, no montante de R\$ 4.902.308,59 (quatro milhões, novecentos e dois mil, trezentos e oito reais e cinquenta e nove centavos), ficará registrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 na conta de prejuízos acumulados.

#### b) regras sobre distribuição de dividendos

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido em nosso Estatuto Social é de 25% (vinte e cinco por cento) do nosso lucro líquido. Adicionalmente, poderemos remunerar os nossos acionistas a título de juros e imputar o seu valor aos valores do dividendo obrigatório.

### 3.4 - Política de destinação dos resultados

#### c) periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, poderemos declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou ainda levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, obedecidos os limites legais.

Os dividendos intermediários e intercalares distribuídos serão considerados antecipação do dividendo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos foram pagos.

#### d) restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O pagamento de dividendos encontra-se suspenso em razão da decisão proferida pelo juiz da 8ª Vara Execução Federal de São Paulo determinando que *“se bloqueie os dividendos a serem distribuídos para os acionistas” da Cambuci S.A., aprovados na AGO/E de 30 de abril de 2012”*.

Esse bloqueio refere-se à cobrança de débitos tributários inscritos em Dívida Ativa da União, os quais estão contemplados no pedido de parcelamento simplificado instituído pela Lei 10.522 de 19 de julho de 2002. Esses tributos não foram reconhecidos no referido parcelamento por um lapso da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”).

A Administração da Companhia está tomando todas as providências cabíveis junto a PGFN e ao Juiz competente, para que seja determinado o desbloqueio integral dos dividendos, já que o parcelamento foi reconhecido pelas respectivas autoridades fiscais.

**3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido**

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	6.723.304,45	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	23,750000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	1.596.784,81	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção				

Lucro líquido retido	Montante		Pagamento dividendo		Montante		Pagamento dividendo		Montante		Pagamento dividendo	
Ordinária		0,00		0,00								
Preferencial	Preferencial Classe A	0,00		0,00								
<b>Dividendo Obrigatório</b>												
Ordinária					536.519,70	31/12/2012			0,00			
Preferencial	Preferencial Classe A				1.060.265,11	31/12/2012			0,00			



### 3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Em 2009 e 2010 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou de reservas constituídas em exercícios sociais anteriores. Em 08 de março de 2012, o nosso Conselho de Administração aprovou “*ad referendum*” da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2012, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$ 1.597.000,00 (um milhão, quinhentos e noventa e sete mil reais), referentes a dividendos propostos de lucros constituídos no exercício social de 2011.

No entanto, no dia 15 de maio de 2012, o juiz da 8ª Vara Execução Federal de São Paulo, responsável pela Execução Fiscal nº 0002070-29.2012.403.6182, determinou o bloqueio dos dividendos a serem distribuídos para os nossos acionistas, limitando a distribuição ao valor de R\$ 1.053.339,88 (um milhão, cinquenta e três mil, trezentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), em razão da cobrança de débitos de Contribuição ao PIS e COFINS, inscritos em Dívida Ativa sob os nºs 80.7.11.020674-41 e 80.6.11.094819-04, tendo a execução fiscal sido distribuída em 08 de maio de 2012.

Antes mesmo da distribuição da execução, por força de provocação ocorrida por meio do mandado de segurança nº 0002342-75.2012.4.03.6100, a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PFN”) reconheceu a prescrição da maior parte do valor em cobrança (cerca de 85%), o que ocasionou o cancelamento integral da inscrição nº 80.7.11.020674-41 e a retificação da inscrição nº 80.6.11.094819-04, restando saldo a pagar no valor de aproximadamente R\$ 1.053.000,00 (um milhão e cinquenta e três mil reais).

Como eram necessárias providências administrativas para a baixa dos débitos, a PFN do Estado de São Paulo requereu prazo de 15 (quinze) dias para efetuar os tramites aplicáveis.

Antes da distribuição da execução fiscal e após o prazo requerido pela PFN do Estado de São Paulo para baixa dos débitos, a Companhia requereu o parcelamento ordinário do saldo remanescente a pagar. No entanto, devido à demora da PFN do Estado de São Paulo, de quase 2 (dois) meses para analisar o requerimento de parcelamento, a Companhia acabou por efetuar o pagamento de duas parcelas da dívida, enquanto aguardava tal análise.

Ocorre que a PFN do Estado de São Paulo indeferiu o pedido de parcelamento, sob o fundamento de que o débito não poderia ser parcelado de forma ordinária, em razão de vedações legais.

A fim de se aproveitar do parcelamento simplificado, aplicado a débitos de valor inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para o qual não se aplicam as vedações legais, a Companhia efetuou o pagamento do valor de R\$ 555.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), de modo a reduzir o valor da dívida para menos de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Diante disto, o juiz da 8ª. Vara Federal de São Paulo deferiu parcialmente o requerimento da Companhia para limitar o valor do bloqueio à quantia de R\$ 498.339,88 (quatrocentos e noventa e oito mil e trezentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos), até que reste comprovado no processo a concretização do parcelamento simplificado, determinando ainda a expedição

### **3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

novos ofícios ao Banco Itaú Corretora de Ações e a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

A concretização do parcelamento já foi operacionalizada e o débito já se encontra com a exigibilidade suspensa, tendo sido expedida a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa em nome da Companhia.

A Administração da Companhia está tomando todas as providências cabíveis junto a PFN e ao Juiz competente, para que seja determinado o desbloqueio integral dos dividendos, já que o parcelamento foi reconhecido pelas respectivas autoridades fiscais.

**3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Montante total da dívida, de qualquer natureza</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/03/2013</b>	241.014.000,00	Índice de Endividamento	7,31000000	
<b>31/12/2012</b>	231.425.000,00	Índice de Endividamento	7,83000000	

**3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento**

<b>Exercício social (31/12/2012)</b>					
<b>Tipo de dívida</b>	<b>Inferior a um ano</b>	<b>Um a três anos</b>	<b>Três a cinco anos</b>	<b>Superior a cinco anos</b>	<b>Total</b>
<b>Garantia Real</b>	44.799.000,00	40.752.000,00	1.614.000,00	3.178.000,00	90.343.000,00
<b>Quirografárias</b>	18.068.000,00	16.901.000,00	9.774.000,00	11.557.000,00	56.300.000,00
<b>Total</b>	62.867.000,00	57.653.000,00	11.388.000,00	14.735.000,00	146.643.000,00
<b>Observação</b>					
As informações constantes acima referem-se as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício social findo em 31/12/2012					

### **3.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes.

## 4.1 - Descrição dos fatores de risco

### a) com relação ao emissor

***Realizamos nosso plano de investimentos levando em conta as informações históricas e tendências econômicas.***

Na elaboração do nosso plano de negócios e de investimentos levamos em consideração *performances* históricas, conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, tendências macroeconômicas e setoriais, entre outras fontes de informações, para que tenhamos o maior grau de assertividade e previsibilidade possível. Apesar desses cuidados, a ocorrência de fatores que estão fora de nosso controle, tais como grandes alterações nas condições macroeconômicas provenientes de graves crises, alterações significativas na demanda e na preferência dos nossos clientes, podem impactar negativamente nossos resultados operacionais.

***A identidade de nossa marca é um dos fatores chave para o sucesso de nosso negócio. Essencial que possamos utilizar de forma eficaz e proteger de forma adequada qualquer uma de nossas marcas.***

Como parte de nossa estratégia de crescimento e incremento de *market share*, buscamos posicionar bem nossas marcas no mercado, pois elas são um ativo de natureza competitiva e estratégica para a Companhia, e além de estimularem o consumo dos nossos produtos por milhões de consumidores, no Brasil e no exterior.

As nossas marcas foram construídas ao longo dos últimos 40 anos de nossa história e são um fator determinante na conquista da fidelidade dos consumidores. Possuímos um portfólio amplo de marcas registradas e zelamos para que nossos direitos de titular das marcas sejam protegidos e respeitados por terceiros. O portfólio de nossas marcas é formado por aproximadamente 294 registros, divididos entre o Brasil e o exterior, em mais de 77 países. Desse universo, a marca mais importante para nós é a “Penalty”. A proteção inadequada de nossos direitos de propriedade intelectual pode ter efeito relevante e adverso sobre nós.

Por ser um ativo de alto valor, nossos direitos de propriedade intelectual referentes às nossas marcas e ao *design* de nossos produtos estão constantemente sujeitos à utilização indevida e à violação por terceiros. Não estamos imunes a produtos falsificados, contrabandeados, “pirateados” e produtos que infringem nossos direitos de propriedade intelectual nos mercados em que atuamos e em outros mercados.

A dificuldade no combate da falsificação de várias fontes de nossos produtos e a infração de nossos direitos de propriedade intelectual pode não apenas ter um efeito adverso para nós, como atingir a integridade de nossas marcas pela sua associação com produtos de menor qualidade.

Adicionalmente, embora tenhamos o registro e pedidos de registro de todas as nossas marcas e patentes no Brasil e de nossas principais marcas no exterior,

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

não podemos assegurar que quaisquer terceiros não alegarão que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual. Neste caso, podemos vir a ficar impedidos de utilizar determinada marca, o que, conseqüentemente, poderá ter um efeito adverso sobre nós.

Não podemos assegurar que nossas novas tecnologias, patentes, objetos de *design* e marcas que venhamos a desenvolver serão levados a registro nos órgãos de propriedade industrial competentes antes que terceiros o façam.

***É essencial que possamos responder de forma eficiente às mudanças nas tendências de artigos esportivos e preferências de nossos clientes.***

Atuamos há 40 anos no mercado de artigos esportivos e competimos com diversas outras marcas e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, calçados, confecção e acessórios em relação a preço, qualidade, estilo e promoções.

Acreditamos que a venda de produtos diferenciados e satisfação dos clientes estejam entre os pontos mais desafiadores de nosso negócio. As preferências dos consumidores e a tendência de artigos esportivos são voláteis.

O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade em antecipar e responder rapidamente às mudanças e tendências da moda, bem como às preferências de nossos clientes. Se por algum fator alheio ao nosso controle não formos capazes de adequar nossos produtos aos gostos dos clientes, poderemos aumentar nossos níveis de estoque e não vender nossos produtos no momento e no volume planejado.

***Dependemos de dois centros de distribuição para distribuir nossos produtos.***

Possuímos apenas dois centros de distribuição no Brasil, sendo um na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba, e o outro na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia.

Muito embora tenhamos Planos de Contingências para mitigar riscos no fluxo de suprimentos, qualquer interrupção significativa ou diminuição de utilização na infraestrutura de transportes das referidas cidades ou em sua operação, devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar nossa capacidade de distribuir mercadorias, o que poderá impactar negativamente nossos resultados financeiros e operacionais.

***Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros.***

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas (tais como guerra, caso fortuito e força maior ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais, afetando os nossos resultados operacionais. Não podemos garantir que, mesmo na hipótese de ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Além disso, nas apólices de seguro da Companhia não há cobertura de lucros cessantes.

Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica ou escassez de gasolina e diesel nas nossas unidades industriais podem implicar em aumentos significativos nos nossos custos, o que poderia causar um efeito material adverso nas nossas atividades e resultados operacionais

***Dependemos da obtenção ou renovação, em prazo adequado, das licenças municipais e do corpo de bombeiros para operação do nosso negócio.***

A fábrica, centros de distribuição e outros imóveis que ocupamos ou podemos vir a ocupar estão sujeitos a licenciamentos municipais e autorizações do corpo de bombeiros. Em relação às fábricas, é exigível, adicionalmente, a obtenção de licenças ambientais cabíveis ou respectiva dispensa de licenciamento ambiental. Apesar de mantermos um rígido controle nos atendimentos aos requisitos necessários à renovação e obtenção de todas as licenças necessárias à operação do nosso negócio, não podemos assegurar que, por motivos alheios a nossa vontade, obteremos essas licenças em prazos adequados.

A falta de uma destas licenças ou o indeferimento da sua obtenção ou renovação pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até o fechamento das atividades do respectivo imóvel. A eventual imposição destas penalidades, em especial o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais.

***Nossos incentivos fiscais podem não ser renovados quando do seu vencimento.***

Somos titulares de alguns incentivos fiscais federais e estaduais relacionados ao Imposto de Renda e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No ano de 2012, parte substancial de nosso lucro líquido resultou desses incentivos fiscais. Os incentivos têm prazos finitos e podem não ser renovados quando do seu vencimento, o que causará um efeito relevante e adverso sobre os nossos resultados.

Não podemos assegurar que não haverá uma reforma tributária que alterará os incentivos fiscais. Também não podemos assegurar que continuaremos a obter novas subvenções para investimento depois de expirado os prazos de recebimento das atuais e, se conseguirmos, não podemos assegurar que tais incentivos serão concedidos nas mesmas condições das que atualmente somos titulares. Caso novos incentivos fiscais não sejam efetivamente obtidos,



#### **4.1 - Descrição dos fatores de risco**

será necessário que promovamos adequações operacionais para que seus resultados financeiros não sofram efeito adverso relevante.

Além disso, há ações diretas de inconstitucionalidade movidas contra os Estados da Bahia e Paraíba questionando a constitucionalidade de leis que instituíram incentivos fiscais por nós usufruídos. Caso o Supremo Tribunal Federal julgue referidas ações procedentes podemos perder as subvenções decorrentes destes incentivos.

***Alterações na legislação tributária ou trabalhista, ou na interpretação de tais leis e normas, podem ter um efeito adverso relevante para nós.***

O Governo Federal ocasionalmente promove reformas nos tributos e nos regimes de tributação, que podem afetar as nossas operações e de outros participantes dos nossos mercados de atuação. Essas reformas incluem mudanças nas alíquotas de tributação e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de determinados objetivos governamentais. Os efeitos dessas mudanças e de quaisquer outras mudanças decorrentes de aprovação de novas reformas tributárias não podem ser quantificados.

Além disso, pode haver alterações na legislação trabalhista ou na interpretação da atual legislação trabalhista pelo poder judiciário que altere os custos trabalhistas e encargos relacionados a que estamos sujeitos. Não podemos assegurar que eventuais reformas tributárias ou trabalhistas, ou alterações na interpretação das leis tributárias ou trabalhistas vigentes não ocorrerão. Uma mudança dessa natureza poderá afetar as empresas de forma geral ou de segmentos específicos. Se isso ocorrer com empresas do seguimento que atuamos, isso poderá afetar nossas despesas com tributos ou nossos custos trabalhistas e encargos relacionados, com consequente efeito adverso e talvez relevante nos nossos resultados.

#### **b) com relação ao nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

Não há fatores de risco relacionados a nosso controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

#### **c) com relação aos nossos acionistas**

***Os titulares de nossas Ações poderão não receber dividendos.***

De acordo com a Lei de Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, nossos acionistas fazem jus a um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de nosso lucro líquido anual ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, a Lei das Sociedades por Ações permite que nós optemos por não pagar

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

***A volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro pode limitar substancialmente a possibilidade de venda de ações de nossa emissão pelo preço e tempo desejáveis aos investidores.***

O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve, com frequência, maior grau de risco se comparado a investimentos em mercados desenvolvidos. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade do investidor de receber pagamento, total ou parcial, em relação a seus investimentos e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

Essas características podem limitar a capacidade do investidor de vender nossas ações ao preço e no momento desejado, o que pode impactar adversamente a cotação das nossas ações.

***Estamos no processo de captação de recursos adicionais por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.***

O nosso Conselho de Administração, em 07 de janeiro de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o nosso Estatuto Social, deliberou o aumento de capital da Companhia mediante a emissão de 666.667 (seiscentos e sessenta e seis mil e seiscentos e sessenta e sete) novas ações ordinárias e 1.333.333 (um milhão, trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três) novas ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 2,07 (dois reais e sete centavos) para as ações ordinárias e para as ações preferenciais, perfazendo o total de R\$ 4.140.000,00 (quatro milhões e cento e quarenta mil reais).

De acordo com o previsto na Lei das S.A., o preço de emissão das ações objeto do referido aumento de capital foi definido com base na média ponderada por volume de negociação das cotações de fechamento das ações da Companhia nos 19 (dezenove) pregões da BM&FBOVESPA realizados no período de 03 de dezembro 2012 a 04 de janeiro de 2013.

Conforme também deliberado pelo nosso Conselho de Administração, o prazo de exercício de direito de preferência pelos acionistas da Companhia seria de 11.01.2013 a 13.02.2013 e eventuais sobras de ações não subscritas, em atendimento ao previsto na Lei das S.A., seriam rateadas entre os nossos

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

acionistas que a elas tiverem se habilitado no boletim de subscrição de ações, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do término do prazo para o exercício do direito de preferência para subscrever as referidas sobras.

O aviso aos acionistas publicado pela Companhia em 08 de janeiro de 2013 foi retificado pelo aviso aos acionistas publicado em 11 de janeiro de 2013, no âmbito do referido aumento de capital, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Valor Econômico. Em 14 de fevereiro de 2013, encerrou-se o prazo para exercício do direito de preferência pelos nossos acionistas, verificando-se a existência de sobras de ações não subscritas.

Após abertura do prazo de subscrição das sobras e seu encerramento em 25 de fevereiro de 2013, restaram não subscritas 407.751 (quatrocentos e sete mil e setecentos e cinquenta e uma) ações preferenciais de emissão da Companhia.

Diante disso, estamos tomando as medidas cabíveis para distribuir as sobras de ações preferenciais não subscritas em aumento de capital, conforme deliberado na nossa reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2013, para posterior homologação deste.

##### **d. com relação a nossas controladas e coligadas**

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades.

##### **e. com relação a nossos fornecedores**

***É essencial que consigamos adquirir matéria-prima, para que nossa produção e nossas vendas não sejam afetadas de maneira negativa e nosso resultado não seja prejudicado.***

Possuímos uma ampla gama de fornecedores no Brasil e no exterior e não concentramos nossas necessidades de produção ou comercialização em fornecedores específicos. Além disso, estabelecemos um alto grau de parceria com esses fornecedores e baseamos nossas negociações em um planejamento de compras.

O preço de nossas matérias-primas pode ser afetado pela volatilidade nas cotações de commodities e uma oscilação brusca e inesperada poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Nossas principais matérias-primas são a borracha natural, borracha sintética, látex, fios de algodão, laminados de PVC e PU, EVA, e tecidos de poliéster, que representam uma parcela significativa do nosso custo de produtos vendidos. A borracha natural e o algodão são *commodities*, enquanto que as demais matérias-primas contêm em sua composição derivados de commodities como resinas de PVC, óleos plastificantes e alguns tipos de aditivos, portanto, seus valores também são estabelecidos de acordo com a oscilação mundial de oferta e demanda, bem como em função do Dólar. Mesmo no caso de

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

contratos firmados com fornecedores, buscando certa estabilidade de suprimento e custos para essas matérias-primas, as negociações contratuais podem sofrer influência de flutuações nas cotações destas *commodities*, sobre as quais não temos controle. Caso ocorra uma variação significativa, brusca e inesperada no preço dessas matérias-primas, podemos sofrer um efeito relevante e adverso.

***Estamos expostos à volatilidade dos custos e demais eventos relacionados aos nossos insumos e dos insumos das nossas fábricas.***

Nossas principais matérias-primas estão sujeitas a flutuações de preço, que poderão causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais. Os preços das nossas matérias-primas são influenciados por uma série de fatores, alguns sob os quais temos pequeno ou nenhum controle, tais como clima, produção agropecuária, condições econômicas internacionais e nacionais, custos de transporte e processamento, regulamentações e políticas governamentais e relação entre oferta e demanda mundial, dentre outros. Adicionalmente, aumentos de custos de insumos relacionados à produção de nossos produtos poderão vir a diminuir nossa margem de lucro.

##### **f. com relação aos nossos clientes**

***Estamos expostos a riscos relacionados à inadimplência de nossos clientes.***

Somos uma companhia que atua no setor varejista do Brasil e realizamos vendas a prazo de nossos produtos por clientes dos seguintes canais: atacado, distribuidores regionais, varejo de calçados multimarca e especializado em artigos esportivos e supermercados e hipermercados. Embora, não possuamos alta concentração de clientes, isto é nenhum de nossos clientes possui vendas representando mais de 10% (dez por cento) do nosso total de vendas, bem como adotamos rígidos processos de análise de crédito e cobranças, estamos expostos a riscos, ainda que pequenos, relacionados à inadimplência de nossos clientes.

Fatos adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso em nossos negócios.

Nosso negócio também poderá sofrer efeito adverso caso a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações, com relação a eventual crédito concedido, seja reduzida.

##### **g) com relação ao setor de atuação**

#### 4.1 - Descrição dos fatores de risco

***O setor de varejo de artigos esportivos no Brasil é caracterizado por intensa e crescente competição.***

A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias e novos concorrentes, pelo número de lojas, propaganda, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, localização das lojas, reputação e disponibilidade de crédito para o consumidor, qualidade e eficiência de atendimento na venda e pós-venda, entre outros. Temos concorrentes nacionais e internacionais.

***O setor varejista é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis.***

Historicamente, o setor varejista é sensível a períodos de aquecimento e desaquecimento econômico geral que levaram a aumentos e quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, o que poderá afetar adversamente nossas vendas.

##### **h) com relação à regulação do setor de atuação**

Não estamos expostos a riscos decorrentes da regulação do setor em que atuamos.

##### ***Proteção do mercado brasileiro***

Em razão do forte crescimento das importações os governos de Brasil e da Argentina adotaram medidas “*antidumping*” aos calçados provenientes da China, impondo sobretaxa que elevou seu custo de importação. Novas barreiras de importação, ou a ampliação das atuais, dependendo de sua dimensão, podem afetar as nossas estratégias de “*sourcing*”.

##### **i) com relação aos países estrangeiros onde atuamos**

###### *Internacional*

Nossa operação em países estrangeiros nos expõe aos riscos especificados nos itens acima, adicionalmente, na Argentina, estamos expostos ao risco de liberação de licenças para importação de mercadorias. Em 2012, expandimos nossa operação de produção interna na Argentina para mitigar esse risco.

## **4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco**

Analizamos constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta, mediante monitoramento das mudanças a que nossas atividades estão sujeitas. Atualmente, não temos expectativas sobre o aumento ou redução da exposição aos riscos mencionados no item 4.1 acima.

### **4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**

A Companhia está sujeita a procedimentos administrativos e processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, decorrentes do curso normal de nossas atividades. Não existem processos trabalhistas, cíveis, tributários e ambientais, judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo e sejam capazes de, individualmente, comprometer de maneira relevante nossas atividades ou nossa situação financeira ou resultados operacionais.

**4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estão sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas são partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de seus controladores.



#### **4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Não há perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte.

**4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas são partes.

**4.7 - Outras contingências relevantes**

Não há outras contingências relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes.

**4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados****i) restrições impostas aos exercícios de direitos políticos e econômicos;**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

**ii) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários;**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

**iii) hipóteses de cancelamento de registro; e**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

**iv) outras questões do interesse dos investidores**

Este item não se aplica à Companhia, pois não somos emissores estrangeiros.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a alguns riscos de mercado, tais como: risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio.

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor dos nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros, taxa de câmbio, liquidez e crédito.

Alterações na conjuntura econômica do Brasil, como as políticas fiscais, cambiais, monetárias, entre outras que serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, poderão prejudicar as nossas atividades através, por exemplo, da desaceleração econômica, aumento de juros, aumento da inflação e aumento da percepção de riscos em outros países.

### Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), das taxas pós-fixadas indexadas a inflação e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diários").

A Companhia analisa constantemente a sua exposição a taxas de juros, sendo que vem apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, os valores dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são assim demonstrados:

**5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado**

		<u>Consolidado</u>	
		<u>2012</u>	<u>2011</u>
		<u>Classificação por categoria</u>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	23.276	15.270
		<u>23.276</u>	<u>15.270</u>
<b>Aplicacoes financeiras</b>			
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	500	
		<u>500</u>	
<b>Contas a receber clientes</b>			
	Empréstimos e recebíveis	71.457	69.940
		<u>71.457</u>	<u>69.940</u>
<b>Partes relacionadas</b>			
Ativos	Empréstimos e recebíveis	381	
		<u>381</u>	
<b>Fornecedores</b>			
	Outros passivos financeiros	14.005	15.200
		<u>14.005</u>	<u>15.200</u>
<b>Empréstimo e financiamentos</b>			
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	39.190	10.392
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	107.453	96.972
		<u>146.643</u>	<u>107.364</u>
<b>Debêntures</b>			
	Outros passivos financeiros	11.343	13.651
		<u>11.343</u>	<u>13.651</u>
<b>Impostos Parcelados</b>			
<b>PPI</b>	Outros passivos financeiros	9.915	12.081
<b>Refis</b>	Outros passivos financeiros	24.014	22.867
		<u>33.929</u>	<u>34.948</u>

A Companhia não acredita, baseando-se na atual política monetária que vem priorizando a estabilidade econômica, em um aumento nas taxas de juros variáveis, nas quais a Companhia está exposta, superior a 25%.

**Risco de Taxa de Câmbio**

O risco associado decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, em razão de parte de nossos principais insumos serem cotadas em dólar no mercado internacional.

A taxa de câmbio desses insumos influencia os nossos custos na medida em que afetam os preços em reais quando seu preço é traduzido para o real. Entretanto esta não é uma relação linear, uma vez que o preço em dólar flutua de acordo com a oferta e demanda no mercado internacional (quando o real se valoriza o preço dos insumos em reais fica mais barato, entretanto nestes casos geralmente também acontece variação nos preços dos insumos em dólar compensando uma parte deste efeito). Por outro lado a taxa de câmbio afeta as nossas exportações, uma vez que os nossos custos na sua grande maioria são em reais.

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Ademais, a Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. A Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira, em especial o dólar norte americano.

A Companhia realiza um acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as operações financeiras, inclusive com as controladas.

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

Em 31 de dezembro de 2012, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

		<u>Consolidado</u>	
		<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Classificação por categoria</u>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixas e bancos	Empréstimos e recebíveis	23.276	15.270
		<u>23.276</u>	<u>15.270</u>
<b>Aplicacoes financeiras</b>			
Aplicação mantida até o vencimento	Mantidos até o vencimento	500	
		<u>500</u>	
<b>Contas a receber clientes</b>			
	Empréstimos e recebíveis	71.457	69.940
		<u>71.457</u>	<u>69.940</u>
<b>Partes relacionadas</b>			
Ativos	Empréstimos e recebíveis	381	
		<u>381</u>	
<b>Fornecedores</b>			
	Outros passivos financeiros	14.005	15.200
		<u>14.005</u>	<u>15.200</u>
<b>Empréstimo e financiamentos</b>			
Moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	39.190	10.392
Moeda Nacional	Outros passivos financeiros	107.453	96.972
		<u>146.643</u>	<u>107.364</u>
<b>Debêntures</b>			
	Outros passivos financeiros	11.343	13.651
		<u>11.343</u>	<u>13.651</u>
<b>Impostos Parcelados</b>			
<b>PPI</b>	Outros passivos financeiros	9.915	12.081
<b>Refis</b>	Outros passivos financeiros	24.014	22.867
		<u>33.929</u>	<u>34.948</u>

## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

Nota	Consolidado				Total
	Até um ano (i)	Entre um e dois anos (i)	Entre dois e cinco anos (i)	Acima de cinco anos (i)	
Circulante					
Fornecedores	14.005				14.005
Financiamentos	62.867	12.544			75.411
Debêntures	3.976				3.976
Não circulante					
Financiamentos	-	31.057	30.697	9.478	71.232
Debêntures	-	7.367	-		7.367
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>80.848</b>	<b>50.968</b>	<b>30.697</b>	<b>9.478</b>	<b>171.991</b>

Realizamos, considerando indicadores de curto prazo e indicadores de longo prazo, a gestão do risco de liquidez, que tem como objetivo principal o acompanhamento da liquidez. Esses cálculos feitos com base em indicadores de liquidez imediata permitem à Administração da Companhia gestão obter dados em uma ótica global.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

### Risco de Crédito

Refere-se ao risco de eventuais perdas por inadimplência em suas contas a receber derivado de sua atividade operacional.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande



## 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

porte.

A exposição da Companhia aos riscos de contraparte em instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2012, a classificação do risco está demonstrada a seguir:

	<b>Percentual</b>
	<b>(%)</b>
1 Risco Baixo	76,9
2 Risco Médio	3,9
3 Risco Alto (*)	19,2

(\*) A maioria dos clientes nesta faixa está inativa e os respectivos títulos estão em fase de cobrança judicial. Os clientes desta faixa que ainda estão ativos compram da Cambuci com pagamento antecipado.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Faturamento bruto	267.592	284.964	332.824	334.372
Indicadores de inadimplência (i)	9,49%	8,60%	7,63%	7,33%

(i) Indicador de inadimplência = total dos títulos inadimplentes em 31 de dezembro de 2012 / o total do faturamento.

A gestão deste risco tem como objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do nível de inadimplência desses clientes.

A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação do relatório é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 31 de março de 2013, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Contudo, em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a administração da Companhia constitui provisões para trazê-las ao seu valor provável de realização.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

## 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

### (a) riscos para os quais se busca proteção

Buscamos proteção contra riscos de taxa de juros, riscos de preço (relacionados à variação dos preços dos nossos insumos) e riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio. Nossa gestão de risco é, de modo geral, conservadora, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência.

#### Risco de Taxa de Juros

Procuramos administrar nossos ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros.

Analisamos constantemente nossa exposição a taxas de juros, sendo que estamos apresentando uma redução acentuada nas taxas de juros mediante negociações com as instituições financeiras.

#### Risco de Taxa de Câmbio

Realizamos o acompanhamento sistemático do câmbio através da execução orçamentária, bem como o registro da variação cambial mensal, com a metodologia de balança cambial, de todas as nossas operações financeiras, inclusive com as controladas.

Administramos nossa exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A nossa política financeira para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

#### Risco de Liquidez

Realizamos o acompanhamento da liquidez efetuando os cálculos com base em indicadores de liquidez imediata. As principais ações da Companhia para mitigar o risco de liquidez estão focadas nas liquidações e negociações de dívidas junto às instituições financeiras.

A nossa previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para nós e nossas controladas.

#### Risco de Crédito

Este risco é monitorado de forma regular, principalmente mediante acompanhamento do limite de créditos concedidos aos nossos clientes e do

## 5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

nível de inadimplência desses clientes.

Visando gerenciar este risco, mantemos contas correntes bancárias com instituições financeiras de grande porte.

Com relação ao risco de crédito de clientes, temos como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

### **(b) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos .

### **(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos.

### **(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Não utilizamos qualquer parâmetro quantitativo ou qualitativo específico para fins de gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos. Nossa administração entende que tais parâmetros não são necessários face nossa exposição a tais riscos.

### **(e) operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos da proteção patrimonial.

### **(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A administração de riscos de mercado é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Não efetuamos aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, de caráter especulativo. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, não possuímos qualquer comitê ou componente organizacional formalmente responsável por controle dos riscos a que estamos expostos.

### **(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não aplicável.

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotados.

#### **5.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

**6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	29/08/1945
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Companhia Aberta
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	05/01/1985

### 6.3 - Breve histórico

O Grupo Cambuci é uma multinacional brasileira e construiu sua história com muita coragem, dedicação, esforço e trabalho – características típicas dos brasileiros que continuam sendo os pilares da companhia na busca contínua de melhores resultados e na ampliação do seu território de atuação, tanto no Brasil quanto no exterior.

Sua história começou em 1945, quando os filhos de Assibe - Victório, Eduardo, Mario e Ernesto Estefano - ainda jovens, mas com muita fibra e empreendedorismo, compraram a parte dos tios e fundaram, oficialmente, a Malharia Cambuci S/A, uma confecção de artigos de vestuário masculinos e femininos localizada no bairro do Cambuci, em São Paulo.

Pouco menos de 25 anos depois, em 1968, os irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, filhos de Eduardo e netos de Assibe, assumiram a empresa, após a aposentadoria do tio Victório. Essa mudança iniciou um novo e promissor ciclo na Companhia, que passa a focar seus trabalhos no mercado esportivo.

Em 1970, a Cambuci criou a marca Penalty e lançou produtos para a prática de futebol. Com o sucesso, alguns anos mais tarde, a Cambuci transferiu sua produção para o interior de São Paulo, em um complexo de fábricas criado para atender todo o mercado brasileiro. Em seguida, fechou o seu primeiro grande contrato com o São Paulo Futebol Clube. A década de 70 foi um período de grande crescimento para a empresa.

Em 1979, a Cambuci, com a marca Penalty, fechou parceria com a Confederação Brasileira de Futebol de Salão (“CBFS”), que acabava de nascer. Constantes investimentos na modalidade por mais de 20 anos, firmaram a Penalty como uma marca profissional intimamente ligada ao universo do futebol, em suas diversas modalidades. Começava, neste momento, a internacionalização da marca Penalty.

Antes da metade dos anos 80, a Cambuci tornou-se a maior fabricante brasileira de bolas. Neste período, transformou-se em sociedade por ações de capital aberto e adquiriu os direitos de fabricação de calçados da marca Asics, bem como de raquetes e bolas de tênis das marcas Wilson e Doonay. Absorvendo, a partir daí, experiência e tecnologia que lhe permitiram avançar no padrão internacional de seus produtos.

Seguindo o caminho da internacionalização, nos anos 90 a Penalty consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas.

Com resultado dos investimentos, a marca mostrou-se “pé quente”, pois o São Paulo Futebol Clube, time patrocinado pela Penalty, foi bicampeão da Libertadores da América e do Mundial Interclubes, em 1992 e 1993. Dois anos depois, em 1995, o Grêmio de Football Portoalegrense, outro time patrocinado pela Penalty, foi campeão da Libertadores da América e vice-campeão no Mundial Interclubes. Além disso, a Seleção Brasileira de Futsal, também patrocinada pela Penalty, foi pentacampeã mundial (1982, 1985, 1989, 1992 e

### 6.3 - Breve histórico

1996), tornando a modalidade cada vez mais prestigiada em todo o Mundo.

Ainda na década de 90, a explosão do consumo de material esportivo estimulou a Cambuci a investir cada vez mais no crescimento da marca Penalty.

Por outro lado, a abertura do mercado brasileiro às importações provocou a entrada de inúmeras marcas esportivas internacionais, tornando o consumidor mais exigente.

Esses acontecimentos foram encarados como um desafio. Em três estados brasileiros, São Paulo, Bahia e Paraíba, modernas fábricas foram inauguradas, linhas de produtos ampliadas, desenvolvidas novas tecnologias em bolas, calçados, confecção, equipamentos e acessórios, além de estratégicos investimentos aplicados no setor esportivo.

Com isso, a Cambuci manteve sua competitividade no mercado nacional e firmou-se no mercado internacional, levando a marca Penalty para diversos países em toda a América, Ásia e Europa.

Em 1998 foi fundada a Penalty Argentina, primeira filial fora do Brasil e que hoje tem presença massiva de Misiones a Usuhaia, sendo uma das principais marcas argentinas de futebol.

Para assegurar a estratégia de ampliação de sua presença no universo esportivo, a Cambuci lançou, em 2005, a marca Stadium, complementando o extenso portfólio de produtos da empresa. Deste modo, buscou acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional e a migração das classes C, D e E, apresentando a marca Stadium como uma nova opção para aquisição de produtos esportivos, através da excelente relação custo/benefício ofertada em seus materiais.

Em 2008, a Cambuci iniciou internamente um importante projeto de planejamento para reposicionar a marca Penalty e, em 2011, após três anos de pesquisas e investimentos, apresentou seu novo direcionamento estratégico, amparado na legitimidade de ser a única marca genuinamente brasileira de futebol.

Este reposicionamento, focado em uma nova e arrojada identidade visual na reformulação completa do portfólio de produtos e na estruturação da Companhia para a excelência na prestação de serviços e no fortalecimento da marca no mercado internacional; tem por objetivo preparar a Penalty, da melhor forma possível, para os próximos anos, mantendo a marca como um dos maiores expoentes do esporte nacional.

Hoje, a Companhia está presente em 14 países, entre os quais alguns através de filiais ou subsidiárias, como Argentina, Chile e Espanha e outros de licenciários, como o Japão – onde acaba de instalar um escritório que servirá como braço para alcançar os demais mercados europeus.



### **6.3 - Breve histórico**

Assim sendo, para atender uma demanda cada vez maior, a Cambuci conta com instalações que atendem aos mais exigentes padrões internacionais e produzem materiais esportivos que são exaustivamente testados em laboratórios próprios e, principalmente, por atletas profissionais. Tamanho cuidado garante o endosso das principais confederações e federações esportivas do mundo, bem como de atletas de renome internacional.

Ciente também de seu papel nas sociedades onde atua, o Grupo Cambuci emprega, só no Brasil, aproximadamente três mil funcionários diretos, que são treinados e contam com toda assistência necessária para a melhor prática de suas funções.

Como empresa cidadã, apóia diversos projetos sociais, oferecendo oportunidades às pessoas menos favorecidas.

Assim, a Cambuci possui uma história escrita através do apoio incondicional ao esporte, sendo que, através das suas marcas Penalty e Stadium, mantém seu trabalho, ciente de que a melhor forma de comemorar o passado é mantendo o foco no futuro.

## 6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

### **Evento 1 – Aquisição de Ações da Penalty Chile S/A**

#### **(I.a) evento;**

A Companhia, em 31 de outubro de 2010, adquiriu 52% das ações ordinária da **Penalty Chile S/A**, com o objetivo de intensificar a sua presença no mercado chileno.

#### **(I.b) principais condições do negócio;**

Neste negócio, houve o desdobramento das ações e a aquisição de 1917 (mil novecentos e dezessete) ações ordinárias ao portador indivisíveis pelo valor de 345.060.000 (trezentos e quarenta e cinco milhões e sessenta mil pesos chilenos), representando 76% das ações emitidas da empresa Penalty Chile S/A, ações estas que se encontram totalmente integralizadas.

#### **(I.c) sociedades envolvidas;**

Na aquisição das ações emitidas pela Penalty Chile S/A, as sociedades envolvidas são a Companhia e a própria Penalty Chile S/A.

**(I.d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor;**

A Companhia passou a deter 76% da empresa Penalty Chile S/A.

#### **(I.e) quadro societário antes e depois da operação.**

<b>Penalty Chile S/A (Antes)</b>		
<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>(%)</b>
Doce Pasos	700	70
Cambuci S/A	300	30
Total	1.000	100

<b>Penalty Chile S/A (Depois)</b>		
<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>(%)</b>
Doce Pasos	700	24
Cambuci S/A	2.217	76
Total	2.917	100

### **Evento 2 – Constituição de uma empresa da marca Penalty na Espanha**

#### **(II.a) evento;**

A Companhia constituiu, em 16 de março de 2011, a empresa **Penalty Ibéria S.L.**, com sede na cidade de Madri na Espanha, com o objetivo de dar

**6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas**

continuidade à internacionalização da Companhia.

**(II.b) principais condições do negócio;**

Na constituição da Penalty Ibéria S.L., a empresa começou a atuar na Europa, sendo que o seu capital social, em 31 de março de 2012, era de 443.000,00 (quatrocentos e quarenta e três mil euros).

**(II.c) sociedades envolvidas;**

Com relação à constituição da Penalty Ibéria S.L., a única sociedade envolvida é a Companhia.

**(II.d.) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor;**

Com a operação de constituição da Penalty Ibéria S.L., a Companhia passou a possuir 100% das ações da Penalty Ibéria S.L..

**(II.e) quadro societário antes e depois da operação:**

<b>Penalty Ibéria S.L. (Depois)</b>		
<b>Acionista</b>	<b>Ações</b>	<b>(%)</b>
Cambuci S/A	3.000	100
Total	3.000	100

**6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial**

Não houve pedido de nossa falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

**6.7 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos uma das maiores fabricantes de artigos esportivos do Brasil. Possuímos duas marcas nacionalmente reconhecidas: “Penalty” e “Stadium”, que são comercializadas no setor varejista, através de lojas próprias, e atacadista, para lojas multimarcas.

Nossos negócios compreendem: a) a industrialização, comercialização, importação, exportação e representação de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; b) importação e exportação de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e atividades recreativas, fios, tecidos, armarinhos, artigos de vestuário, bolsas, chapéus, calçados e acessórios de qualquer espécie; c) comercialização interativa; d) serviços de beneficiamento, marcação, estampa, colagem, tinturaria e bordados, por conta própria ou de terceiros; e) participações societárias em empresas controladas e coligadas com atividades afins ou complementares f) prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, vendemos 2,4 milhões de pares de calçados, 3,5 milhões de bolas, 1,5 milhões de produtos de confecção, 1,1 milhões de equipamentos e 7,3 milhões de pares de meias, contribuindo para que alcançássemos receita operacional líquida de R\$221,7 milhões e um EBITDA de R\$12,7 milhões nesse período. De 2011 para 2012 nossa receita operacional líquida consolidada caiu 6,5%.

Nossas marcas “Penalty” e “Stadium” estão associadas a produtos de alta qualidade. Com 68 anos de experiência, desenvolvemos uma ampla linha de artigos esportivos, com foco em calçados, bolas e meias.

A “Penalty”, nossa marca mais estabelecida, foi fundada em 1970 pelos irmãos Eduardo, Ricardo e Roberto Estefano, sendo uma das marcas de produtos para a prática de futebol mais consumidas no Brasil. Nos anos 90, a “Penalty” consolidou sua presença na América do Sul, tornando-se a marca oficial das principais federações e confederações em diversas modalidades esportivas.

Adicionalmente, nossa marca “Stadium”, fundada em 2005, assegurou a estratégia de ampliação da nossa presença no universo esportivo brasileiro, complementando nosso extenso portfólio de produtos. Seu conceito busca acompanhar o ritmo de crescimento acelerado da economia nacional, apresentando-se como nova opção para aquisição de produtos esportivos pelas classes “C”, “D” e “E”, com excelente relação custo x benefício.

Acreditamos que as linhas de produtos oferecidas por nossas marcas se complementam ao atingir seus específicos públicos-alvo, consolidando nossa estratégia de oferecer artigos esportivos que podem ser demandados por diversos nichos de mercado.

Nossos produtos são distribuídos por meio de duas lojas próprias, localizadas

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia e na cidade de Bayeux, no Estado da Paraíba e lojas multimarcas no Brasil e em cerca de 14 países. No período de 12 meses, encerrado em 31 de dezembro de 2012, 4,7% da nossa receita consolidada bruta de vendas de mercadorias resultaram de nossas lojas próprias e 95,3% resultaram de vendas para nossos clientes multimarcas.

Possuímos operações fabris próprias com infra-estrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, contamos com um complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da Bahia, com área total construída de 8.500 m<sup>2</sup>, com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha. e outra unidade industrial, localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia, com área total construída de 18.500 m<sup>2</sup>, onde são produzidas camisas, calções e meias da marca “Penalty”, aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional.

Possuímos, ainda, outras 4 fábricas na cidade de Itabuna, Estado da Bahia e nas cidades de, Bayeux, Mari e Itabaiana, no Estado da Paraíba. No exterior contamos com uma unidade fabril no Paraguai, localizada na cidade de Hernandarias, que produz artigos de confecção e calçados e outra na Argentina.

Possuímos, ainda, dois centros de distribuição de mercadorias, que, por questões estratégicas, ficam localizados na cidade de Itajuípe (BA) e Bayeux (PB).

O processo de fabricação de nossos produtos em fábricas próprias nos permite aproveitar o crescimento do segmento de artigos esportivos no País e nossas lojas próprias contribuem para a aproximação da Companhia junto aos nossos clientes finais, além de permitir que busquemos sempre as melhores práticas, adquirindo *know how* de varejo.

Com relação aos nossos canais de distribuição multimarca, nossa presença dá-se por meio de cerca de 5.000 clientes em todos os Estados do País. Por meio de nossos clientes multimarcas aumentamos nossa capilaridade, uma vez que a penetração de nossos produtos é sensivelmente aumentada, com presença em cidades de médio e pequeno portes localizadas em todos os Estados brasileiros. As lojas multimarcas também consolidam a força de nossas marcas e aumentam a nossa relevância, por meio do preenchimento de lacunas de penetração deixadas pelas lojas próprias.

A Companhia possui ainda filiais na Argentina, Paraguai, Chile e Espanha, além de licenciar a marca “Penalty” no Japão. Atualmente exporta seus produtos para alguns países na América do Norte, América Latina e Europa.

A cada ano a Companhia vem ampliando parcerias com clubes, atletas,

## 7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta *performance* e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os seus projetos tecnológicos e inovadores, que são condições primordiais para a Companhia prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.



## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é a industrialização, comercialização, importação, exportação de artigos esportivos.

O mix atual de vendas da Companhia demonstra a participação relevante nos segmentos de bolas, calçados e confecção de artigos de vestuário destinados a prática de esportes, sendo a distribuição da seguinte forma:

Segmento	
Bolas	39,1%
Calçados	26,1%
Confecção	20,1%
Meias	8,7%
Equipamentos	6,0%

Adicionalmente também importamos e exportamos de maquinários e equipamentos para confecção de artigos esportivos e produtos em geral destinados a prática de esportes e prestamos serviços de beneficiamento, marcação, estamparia, colagem, tinturaria e bordados.

### b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia; e (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

Em função de suas atividades, a Companhia está organizada em unidades de negócio denominadas Unidades Estratégicas de Negócio (“UEN”). No Brasil as UENs tem responsabilidade sobre a geração de receitas em sua área de atuação, sendo a gestão administrativa, financeira e *supply* feitas de forma centralizadas para todas as UENs. No exterior, as UENs tem responsabilidade pelo resultado final de cada filial.

Os produtos da Companhia estão representados por duas marca (“Penalty” e “Stadium”), que são comercializadas por lojas próprias e lojas multimarcas. A Companhia divide-se em 4 UENs no Brasil, sendo a UEN Penalty responsável pelas receitas da marca “Penalty” no Brasil, a UEN Stadium, responsável pelas receitas da marca “Stadium” no Brasil, a UEN Varejo, responsável pelas lojas próprias no Brasil e a UEN Internacional, responsável pelas vendas no exterior e pelas operações de *back to back*. No exterior temos uma UEN para cada filial (Chile, Argentina e Espanha).

Em função da concentração das nossas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, estamos organizados em uma única atividade geradora de caixa e, portanto, em um único segmento passível reporte. A receita líquida da Companhia é conforme demonstrado a seguir:

**7.2 - Informações sobre segmentos operacionais**

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Mar/13</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Receitas brutas de vendas</b>				
no Brasil	72.396	268.259	276.616	300.342
no exterior	15.657	64.565	57.756	9.967
	88.053	332.824	334.372	310.309
<b>Deduções de Venda</b>				
Tributos	(7.857)	(31.105)	(34.833)	(48.333)
Devoluções de vendas e outros	(3.517)	(27.547)	(24.011)	(14.218)
	(11.374)	(58.652)	(58.844)	(62.551)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>76.679</b>	<b>274.172</b>	<b>275.528</b>	<b>247.758</b>
	-	-	-	-

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 18,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social (i)	1,00%

(i) Vigente a partir de 1º de dezembro de 2011 de acordo com o art. 8º da Lei nº 12.546 de 14/12/2011 que substituiu a contribuição de INSS a cargo da empresa de vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços. Até julho de 2012 a alíquota foi de 1,50%, a partir de 1º de agosto de 2012 passou a ser de 1,00% do faturamento, conforme a MP nº 563 de 03/04/2012 e Lei nº 12.715 de 17/09/12.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

#### a) características do processo de produção

Nossos produtos são produzidos em 7 fábricas, localizadas no Brasil, na Argentina e no Paraguai. Todas as nossas fábricas são dotadas de célula de manufatura, onde os empregados tem maior identidade com o processo de produção, gerando maior satisfação pessoal no desenvolvimento das atividades.

Possuímos operações fabris próprias com infra-estrutura adequada para atender os atuais níveis de produção com eficiência operacional e alto nível de qualidade e são realizadas dentro e fora do País. No Brasil, em setembro de 2000, inauguramos nosso primeiro complexo industrial de bolas, localizado no município de Itabuna, Estado da BA com área total construída de 8.500 m<sup>2</sup>, com capacidade anual de produção de 4 milhões de bolas costuradas, matrizadas e borracha.

Em fevereiro de 2001, inauguramos a segunda unidade industrial, esta localizada na cidade de Itajuípe, no Estado da Bahia. Com área total construída de 18.500 m<sup>2</sup>, nesta unidade são produzidas camisetas, calções e meias da marca "Penalty", aumentando a nossa competitividade e visando atender a demanda do mercado nacional e internacional.

Possuímos ainda outras 4 fábricas localizadas na cidade de Itabuna, Estado da Bahia, nas cidades de Bayeux, Mari e Itabaiana, no Estado da Paraíba. No exterior, contamos com uma unidade fabril no Paraguai, inaugurada em abril de 2008, localizada na cidade de Hernandarias, que produz artigos de confecção e calçados das marcas "Penalty" e "Stadium", e outra unidade localizada na Argentina.

Nossas unidades de fabricação próprias nos permitem gerir todo o processo de produção, da compra de matéria-prima ao preço final do produto além de nos proporcionarem uma redução dos custos de produção, automação e melhoria da qualidade dos nossos produtos.

Trabalhamos regularmente para aumentar a eficiência de nossas operações. Os aumentos de nossa produção, em todas as nossas linhas de fabricação, tem sido alcançados, mediante a realização de investimentos em novos equipamentos, com vistas à modernização da Companhia e, principalmente, ao ganho de produtividade.

Inovação e o pioneirismo são nossos pontos focais, resultando no desenvolvimento contínuo de novas tecnologias, dentre elas:

Linha Max de Futsal – linha profissional de futsal que oferece diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem de uma melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios.

Linha Sniper de Futebol de Campo – linha profissional de futebol de campo e society, construída em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro.

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios.

Meião Kanguru – único meião no mundo com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica ou esparadrapo.

Sistema d-Tech – desenvolvido para auxílio da evolução do vôlei, detecta com precisão informações como posição e velocidade da bola.

Tecnologia Camaleão – lançada em 2009 em bolas, a exclusiva tecnologia Camaleão passou a ser aplicada também em calçados. A tecnologia fotocromática constante no laminado do calçado, permite que o mesmo mude de cor quando exposto os raios ultravioleta (UV), presentes principalmente na luz do sol e em algumas luzes artificiais. Depois de encerrada a exposição aos raios UV, a cor do calçado retorna, de forma gradual, ao seu tom original.

Tecnologia Neogel – nova tecnologia anti-impacto, obtida através da inclusão de uma camada extra na bola, desenvolvida com um composto de neoprene e gel, que deixa a bola mais macia e elástica, exigindo menos força do atleta para obter a mesma velocidade.

Tecnologia PoliPIMA – exclusiva construção de fibras naturais, algodão Pima, e sintéticas, microfibras de poliéster, que formam um tecido muito mais confortável, com melhor toque e ajuste ao corpo, evitando que o tecido grude no mesmo pelo excesso de suor.

Nossa meta é nos mantermos a frente no mercado de artigos esportivos, mediante a utilização de métodos e processos modernos de gerenciamento, enfrentando desafios emergentes, oriundos da abertura de mercado e globalização da economia.

Além disso, estamos ampliando nossas parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de nossos produtos de alta *performance* e têm função vital na pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias que auxiliam a oferta de nossos produtos com diferencial técnico e maior valor agregado.

#### **b) características do processo de distribuição**

A distribuição de nossos produtos é realizada pelas lojas próprias e pelas lojas multimarcas, permitindo uma abrangência nacional e internacional e forte capacidade de crescimento de nossas marcas.

Atuamos no varejo, com lojas próprias segmentadas em *Outlet*, lojas conceito e lojas de Clubes patrocinados pela Companhia.

Utilizamos-nos, ainda, de representantes nomeados e executivos de vendas que atuam em regiões comerciais segmentadas por tamanho de mercado e linhas de produtos, atendendo principalmente lojas especializadas, lojas de

### 7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

departamentos e grandes varejistas.

A distribuição física dos produtos é feita por transportadoras terceirizadas especializadas no segmento esportivo, contratadas para realizar a entrega de nossos produtos aos nossos clientes multimarcas. Cada região geográfica é atendida primariamente por uma transportadora, não dependemos de nenhuma transportadora específica e temos facilidade na substituição de qualquer uma delas rapidamente. A contratação com as transportadoras não tem caráter de exclusividade.

O nosso modelo de fornecimento de produto engloba apenas a produção em nossas fábricas, próximas aos nossos centros de distribuição, que estão estrategicamente localizados. Possuímos dois centros de distribuição de mercadorias, que ficam localizados na cidade de Itajuípe, Estado da Bahia e na cidade de Bayeux, Estado da Paraíba, onde nossos produtos são submetidos a controle de qualidade, processamento e armazenamento até o recolhimento pelas transportadoras terceirizadas para entrega.

#### **c) características dos mercados de atuação, indicando**

##### **(i) participação em cada um dos mercados; e**

Os mercados varejista e industrial de artigos esportivos brasileiro são pulverizados, sem a presença de um participante no setor com grande representatividade no mercado.

##### **(ii) condições de competição nos mercados**

O varejo de materiais esportivos mostra-se cada vez mais concentrado, grandes players centralizando suas compras, conseqüentemente construindo o cenário das marcas locais. Clientes como Centauro, Netshoes e Paquetá representam mais 60% das vendas de marcas como Nike e Adidas. Temos trabalhado o mercado fortemente no tocante a distribuição, posituação e busca por novos clientes, porém, temos que saber trabalhar o *mix* e volume nestes clientes representativos porque eles são os que crescem ano a ano frente a canibalização de clientes pequenos regionalmente. Por fim, o mercado mostra-se cada vez mais restrito no tocante a escolha\posicionamento de marcas. A dificuldade de giro e condição de cenário recessivo em algumas praças faz com que clientes não apostem mais em várias marcas, optando por aquelas que apresentam melhor oferta de produtos e maior relevância comercial e de marketing. Frente ao ano passado, conseguimos nos estabelecer em clientes, eliminando o interesse dos mesmos em manter marcas como Topper ou Umbro. Em clientes onde a escolha por futebol acontece apenas por 3 marcas, sempre estamos ao lado de Nike e Adidas.

#### **d) eventual sazonalidade**

Não há uma sazonalidade identificada em consumo, o que há é uma sazonalidade de compras criada pelo *trade*. Ele aposta o início de ano em compras de oportunidade, fora de linha, queimas de estoque, inicia sua apresentação de produtos regulares em março, segue o ano acompanhando

### **7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais**

giro e volumes e retrai suas compras em novembro, procurando atacar os estoques em dezembro, sem grandes reposições que comprometam seu fechamento\balanço, repondo apenas o essencial.

#### **e) principais insumos e matérias primas, informando**

##### **(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;**

Temos como principais insumos e matérias primas utilizados nos processos de fabricação de nossos produtos fios têxteis; adesivos; tecidos; papel para termotransferência; transfer's; borracha natural; látex; embalagens de papel ondulado e micro ondulado.

##### **(ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e**

O fornecimento dos insumos e matérias primas dos quais necessitamos é realizado de forma pulverizada, no entanto, momentaneamente temos uma única dependência que se refere ao papel para termotransferência, em razão de especificações técnicas diferenciadas.

##### **(iii) eventual volatilidade em seus preços.**

Dentre os principais insumos existe uma relativa volatilidade nos preços de borrachas e látex em razão da entre safra, por se tratarem de produtos naturais.

**7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total****a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Nossa base de clientes é pulverizada, de forma que nenhum de nossos clientes, individualmente, concentra participação superior a 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente**

Não aplicável, pois não possuímos clientes que sejam responsáveis por mais de 10% (dez por cento) de nossa receita líquida total.

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

### **a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais, a Política Nacional do Meio Ambiente estabelece a obrigação do prévio licenciamento ambiental.

Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, em regra, o órgão estadual é responsável pela emissão de licenças ambientais, bem como determina as condições, restrições, medidas de controle pertinentes às atividades desenvolvidas.

A ausência de licenças ambientais caracteriza infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de recuperação e indenização por eventuais danos causados pela atividade. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência até aplicação de multa. No âmbito criminal, merece destaque a figura da responsabilidade penal da pessoa jurídica que é contemplada de forma independente à responsabilização das pessoas físicas que concorrem para a prática de crime ambiental.

Nossas unidades de produção possuem licenças de operação válidas, emitidas pelo órgão ambiental competente para as atividades de fabricação de artigos esportivos.

A obtenção e renovação periódica de licenças concedidas por autoridades locais (licenças municipais), corpo de bombeiros e alvará sanitário (para as instalações de refeitório e enfermaria) também se faz necessária para o exercício de nossas atividades. Temos obtido tais licenças sem maiores dificuldades.

### **b) Política ambiental e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental**

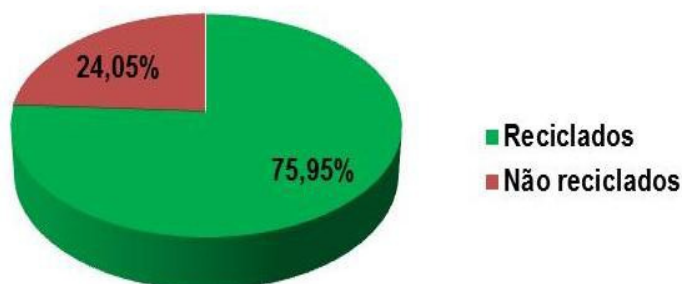
A responsabilidade socioambiental é um dos nossos valores organizacionais e está totalmente ligada ao nosso negócio. Buscamos conciliar nossas atividades produtivas com a conservação dos recursos naturais, mediante a adoção de programas e práticas internas que visam a melhoria contínua dos processos e a qualidade de vida de nossos colaboradores.

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras sob pena de responsabilização administrativa, criminal e civil. Adotamos as seguintes práticas de controle preventivo:



## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- **Educação e Conscientização Ambiental** - busca incentivar alterações no estilo de vida e a mudança de comportamento individual de nossos colaboradores e comunidade, pois acreditamos que somente com esforço coletivo para reflexão e mudanças no dia-a-dia é que poderemos caminhar, de fato, rumo à sustentabilidade. No ano de 2012, a empresa promoveu a **Semana da Conscientização Ambiental**, que teve como objetivo gerar reflexão sobre o impacto ambiental, fortalecer as informações e conhecimentos sobre educação ambiental, coleta de resíduos, reciclagem do lixo e gerar debates sobre o meio ambiente a sustentabilidade. O evento, que teve participação direta de 630 pessoas, aconteceu no mês de outubro de 2012, na unidade fabril da Paraíba e contou com exibições de vídeos, palestras, oficinas com materiais recicláveis, entre outras atividades.
- **Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – (PGRS)**  
Reforçando o compromisso com a busca da excelência em suas operações, colocamos em prática o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS, que tem como objetivo reduzir a geração de resíduos sólidos, orientando seu correto acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final. Nos nossos processos produtivos todos os materiais são separados, conforme o padrão internacional de identificação, através da coleta seletiva, e encaminhados às áreas de descarte. Todas as nossas unidades fabris possuem área específica para armazenamento de resíduos gerados no processo produtivo, de modo a segregar cada item, possibilitando o seu reaproveitamento ou reciclagem pelas empresas autorizadas a prestar tal serviço. No ano de 2012, em média 75% dos resíduos de todas as nossas Unidades fabris foram reciclados, conforme gráfico a seguir:



Fonte: PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos das Unidades de Bolas/Confecções/Meias/Calçados

- **Incentivo à sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental** – O Projeto Diversidade é um projeto de inclusão social, desenvolvidos pelas unidades fabris, em parceria com o CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que visa colaborar com a

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

desistitucionalização e promoção da reinserção social de seus pacientes por meio da doação de resíduos, provenientes do processo das unidades produtivas, para a realização de oficinas terapêuticas de artesanato que visam capacitar o paciente na (re)construção e exercício da cidadania e geração de renda, mediante a comercialização dos produtos produzidos nas oficinas. Na Bahia a doação de resíduos também se estende à LBV – Legião da Boa Vontade.

- **Reuso de água do processo de serigrafia** - Nosso foco é a ecoeficiência. Para isso, não nos limitamos em produzir dentro dos mais rigorosos padrões de segurança. Nós buscamos a utilização racional de água e energia, a menor geração possível de efluentes, resíduos e emissões em todas fábricas, bem como, incentivamos a adoção de boas práticas de cidadania e conceitos dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar - entre todos os nossos colaboradores. Em 2012, o reuso de água do processo de serigrafia totalizou 624m<sup>3</sup>.
- **Combustível Biodegradável** – Utilizamos ainda combustível biodegradável – biomassa de casca de castanha de caju e dendê - na produção de energia para o nosso processo produtivo. Somente no ano de 2012 foram utilizadas 1.680 toneladas. Reforçando ainda o nosso compromisso com as boas práticas de gestão ambiental, reutilizamos cerca de 3.200 Kg de resíduos provenientes da manufatura de meias, na limpeza nos processos de serigrafia das nossas fábricas.

### Outras práticas sócio ambientais:

- Tratamento da água do lavador de gases nas unidades fabris;
- Análise do CONAMA da água da estação de tratamento de esgoto;
- Monitoramento de lançamento de efluentes;
- Incineração das estopas sujas de óleo, tintas e graxas;
- Monitoramento do corpo hídrico em dois pontos, 10 metros a montante e 10 metros a jusante do ponto de lançamentos do efluente,
- Monitoramentos ambientais dos postos de trabalhos, a fim de controlar as emissões fugitivas para o meio ambiente.

### c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade

## 7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Industrial - INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado, passível de renovações. Durante o processo de registro o depositante da marca detém apenas a expectativa de direito.

Atualmente, somos titulares de direitos sobre as marcas “Penalty” e “Stadium” no Brasil e em diversos países, as quais abrangem os serviços e produtos relativos à nossa linha de negócio.

Administramos nossas marcas de forma que haja a preservação da referência e de valor dos nossos produtos, visto que somos dependentes de nossas marcas.

Possuímos alto grau de dependência de nossa marca “Penalty”, uma vez que tal marca foi, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, responsável por 86% da nossa receita bruta de vendas. Em menor grau, somos também dependentes de nossa outra marca “Stadium”, que representa o restante de nossa receita.

## 7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

### a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2012, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado interno totalizou R\$209.607 mil, representando 76,5% do montante faturado no período.

### b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

País	R\$(mil)	%
Argentina	35.317	12,9%
Espanha	3.898	1,4%
Chile	3.744	1,3%
Outros	21.606	7,6%
Total	64.565	23,5%

### c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2012, nossa receita líquida de venda de mercadorias e serviços consolidada com o mercado externo totalizou R\$64.565 mil representando 23,5% do montante faturado no período.

## **7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades**

Não estamos sujeitos à regulação de países estrangeiros de onde obtemos receitas relevantes e que influenciem nossos negócios.

## **7.8 - Relações de longo prazo relevantes**

A Companhia não possui relações de longo prazo não expressamente mencionadas em outros itens deste Formulário de Referência, que julgue como importantes para a compreensão de outras atividades por ela desenvolvidas.

A Companhia elabora e divulga balanço social, que está disponível no endereço eletrônico na rede mundial de computadores da CVM e da Companhia: [www.cambuci.com.br/investidores](http://www.cambuci.com.br/investidores)

## **7.9 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## 8.1 - Descrição do Grupo Econômico

### a) controladores diretos e indiretos

Nossos acionistas controladores diretos são Três Marias Incorporações e Construções Ltda., Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho. A tabela abaixo indica as participações dos referidos acionistas:

Acionista	Ações		(% do Capital Social)
	Preferenciais	Ordinárias	
Três Marias Incorporações e Construções Ltda.	—	4.674.864	12,65%
Roberto Estefano	4.468.479	2.325.216	18,38%
Eduardo Estefano Filho	3.555.237	2.334.684	15,94%

Nossos acionistas controladores indiretos são Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho. A tabela abaixo indica as participações dos referidos acionistas na sociedade Três Marias Incorporações e Construções Ltda.:

Sócios	Quotas	(%) Quotas
Eduardo Estefano Filho	1.381.332	50%
Roberto Estefano	1.381.332	50%
<b>TOTAL</b>	<b>2.762.664</b>	<b>100%</b>

Para mais informações sobre Três Marias Incorporações e Construções Ltda., Roberto Estefano e Eduardo Estefano Filho, vide item 15.1 deste Formulário de Referência.

### b) controladas e coligadas

Até a presente data, detemos participação societária nas seguintes sociedades: Latinline S/A, Impar Sports Ltda., Penalty Argentina S/A, Cambuci Trust S/A, Penalty Chile, Impar Paraguay, Cambuci Importadora Ltda., Era Sports Ltda. e Penalty Ibéria S.L.

### c) participações do emissor em sociedades do grupo

Sociedade	Participações em % (2011)
LatinlineTrade S/A	100
Impar Sports Ltda.	98
Penalty Argentina S/A	95
Cambuci Trust S/A	21,44
Penalty Chile	76
Impar Paraguay	96,7
Cambuci Importadora Ltda.	99,99
Era Sports Ltda.	99,99
Penalty Ibéria S.L	100



## **8.1 - Descrição do Grupo Econômico**

### **d) participações de sociedades do grupo no emissor**

Nenhuma outra sociedade do grupo detém participação em nosso capital social.

### **e) sociedades sob controle comum**

Não possuímos sociedades sob controle comum.



### 8.3 - Operações de reestruturação

<b>Data da operação</b>	<b>16/03/2011</b>
<b>Evento societário</b>	Outro
<b>Descrição do evento societário "Outro"</b>	Constituição
<b>Descrição da operação</b>	Em 16 de março de 2011, a Cambuci S/A constitui a empresa Penalty Ibéria S.L., com sede na cidade de Madri na Espanha. O capital social inicial era de 3.000,00 Euros, sendo que 31 de março de 2012 era de 443.000,00 Euros.
-----	
<b>Data da operação</b>	<b>31/10/2010</b>
<b>Evento societário</b>	Alienação e aquisição de controle societário
<b>Descrição da operação</b>	Em 31 de outubro de 2010, a Cambuci S/A adquiriu 52% das ações ordinárias da Penalty Chile S/A, aumentando para 76% a sua participação societária.
-----	

#### **8.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que julguemos relevantes.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**

Não há outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes para o desenvolvimento de nossas atividades que não estejam indicados nos itens 9.1 (a) a 9.1 (c) abaixo.

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
Terreno	Brasil	SP	São Roque	Própria
Terreno	Brasil	BA	Itabuna	Própria
Terreno	Brasil	BA	Itajuípe	Própria

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**

<b>Tipo de ativo</b>	<b>Descrição do ativo</b>	<b>Território atingido</b>	<b>Duração</b>	<b>Eventos que podem causar a perda dos direitos</b>	<b>Consequência da perda dos direitos</b>
Marcas	Penalty	Nacional e Internacional	indeterminado	inexistente	inexistente
Marcas	Stadium	Nacional - Internacional	indeterminado	inexistente	inexistente

## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Cambuci Importadora Ltda.	00.734.109/0001-52	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Comércio de artigos destinados a pratica de esportes	99,990000
<b>31/03/2013</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2012</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2012	-8.293.627,66		
<b>31/12/2011</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2010</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
ERA SPORTS LTDA.	00.011.241/0001-36	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Comércio, importação e exportação de artigos esportivos	99,990000
<b>31/03/2013</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2012</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2012	-534.331,00		
<b>31/12/2011</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2010</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Impar Paraguay	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Paraguai		Hernandarias	Industrialização e comercialização de artigos esportivos	96,700000
<b>31/03/2013</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2012</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2012	3.925.000,00		
<b>31/12/2011</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2010</b>	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Impar Sports Ltda.	04.504.429/0001-77	-	Coligada	Brasil	SP	São Roque	Industrialização, comercialização atacadista, varejista e interativa, e representação de artigos esportivos	98,000000
<b>31/03/2013</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2012</b>	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2012	-10.773.870,15		
<b>31/12/2011</b>	0,000000	0,000000	0,00					



## 9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento nacional do negócio de artigos esportivos								
Latinline Trade S/A	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Uruguai		Montevideo	Administração de investimentos e operações no exterior	100,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2012	2.454.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento internacional do negócio de artigos esportivos								
Penalty Argentina	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Argentina		Buenos Aires	Industrialização e comercialização de artigos esportivos	95,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2012	2.260.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos								
Penalty Chile	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Chile		Santiago	Comercialização de artigos esportivos	76,000000
31/03/2013	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor mercado</b>				
31/12/2012	0,000000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2012	1.895.000,00		
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Apoiar o crescimento internacional do negócio de artigos esportivos								
Penatly Iberia L.C	00.000.000/0000-00	-	Coligada	Espanha		Madri	Comercio, Importação, Exportação, Revenda e Representação de Materiais Esportivos	100,000000

**9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/03/2013	0,000000	0,000000		0,00	Valor mercado			
31/12/2012	0,000000	0,000000		0,00	Valor contábil	31/12/2012	-2.897.000,00	
31/12/2011	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2010	0,000000	0,000000		0,00				

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Apoiar o crescimento internacional do negocio de artigos esportivos

## **9.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações relevantes.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais consolidadas suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Apresentamos abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia:

Consolidado	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	Variação Percentual	Variação Percentual	Variação Percentual
					31/12/2012 x 31/12/2011	31/12/2011 x 31/12/2010	31/12/2010 x 31/12/2009
<b>Patrimônio Líquido</b>	29.566	40.483	34.699	22.351	-27,0%	16,7%	55,2%
<b>Ativo Total</b>	260.991	233.865	178.747	163.600	11,6%	30,8%	9,3%
<b>Receita Líquida</b>	274.172	275.528	247.758	222.921	-0,5%	11,2%	11,1%
<b>Resultado Bruto</b>	112.676	119.859	105.548	91.213	-6,0%	13,6%	15,7%
<b>Resultado Líquido</b>	(12.317)	6.723	9.497	69.737	-283,2%	-29,2%	-86,4%

### b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

#### (i) hipóteses de resgate

Não há hipóteses para realização de resgate de nossas ações.

#### (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Como não há hipótese de realização de resgate de ações, não é possível mensurar a fórmula de cálculo de valor de resgate.

### c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos cumprido todas as nossas obrigações referentes a nossos compromissos financeiros, até a data deste Formulário de Referência, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

Considerando o perfil de nosso endividamento, nossa liquidez e nossos recursos de capital, acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossas necessidades e obrigações futuras, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Os nossos recursos provenientes de caixa e equivalentes de caixa e empréstimos de terceiros são suficientes para atender o financiamento das nossas atividades.

A Companhia finalizou o ano com uma posição de caixa de R\$ 23.276 mil, consolidado. A dívida total ao final de dezembro de 2012 é de R\$ 157.986 mil, sendo 50% em longo prazo. A dívida líquida ao final de 2012 é de R\$ 134.710 mil.

### d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Temos utilizado capital próprio além de linhas de crédito incentivadas para o financiamento de nossas atividades.

### e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável, pois nossos Diretores acreditam que a nossa geração de caixa operacional é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações.

### f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimos e financiamento relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o endividamento da companhia apresentava a seguinte composição:

### EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Encargos Financeiros Médios	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Em moeda corrente - R\$</b>					
Capital de giro	CDI + 0,36% a.m.	30.559	15.486	30.559	37.678
Capital de giro	Fixo 18% a.a.			12.228	
BNDES	TJLP + 3,5% a 5,5% a.a.	37.295	25.696	37.295	25.696
Desenhahia - BNDES (a)	TJLP	21.350	23.242	21.350	23.242
FINAME/FINEP	TR + 1% a.m.	228	2.551	228	2.557
Barclays (c)	0%	2.297	4.992	2.297	4.992
Leasing	1,04% a 1,24%	318		318	-
BDMG	IPCA + 6% a.a.	3.178	2.807	3.178	2.807
		<u>95.225</u>	<u>74.774</u>	<u>107.453</u>	<u>96.972</u>
<b>Em moeda estrangeira - US\$ e Euro</b>					
Financiamento Importação	Taxa Libor + 3,5% a.a.	15.475	1.013	15.475	1.013
Capital de giro	90% da CDI (principal dolar, juros)	9.347	8.366	9.347	9.379
Capital de giro	Libor + 7,5% a.a.			14.368	
		<u>24.822</u>	<u>9.379</u>	<u>39.190</u>	<u>10.392</u>
		<u>120.047</u>	<u>84.153</u>	<u>146.643</u>	<u>107.364</u>
Passivo circulante		62.867	40.640	75.411	63.300
Passivo não circulante		57.180	43.513	71.232	44.064

### i) contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

#### (a) Desenhahia

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 29 de dezembro de 2008 foi firmado acordo com o Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. Neste acordo ficou pactuado que a Companhia vai liquidar a dívida, no valor de R\$ 21.350 mil, em 180 parcelas mensais, atualizadas pela variação da TJLP – Taxa de juros em longo prazo, contemplando um desconto de 57% nas parcelas que estão sendo pagas rigorosamente no seu vencimento.

### (b) Detalhamento das operações de financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, o detalhamento das operações de financiamentos referentes à captação de recursos para capital de giro, investimentos e renegociações de dívidas estão assim demonstrados:

Instituição Financeira	Finalidade	Cambuci S/A	Consolidado			Total
			Penalty Ibéria	Penalty Argentina	Penalty Chile	
Banco del Chile	Capital de giro				529	529
Bradesco	Capital de giro		13.839			13.839
Banco Safra	Capital de giro	14				14
Bic Banco	Capital de giro	2.000				2.000
Banco do Brasil	Capital de giro	58				58
Banco Itaú	Capital de giro	9.346		12.228		21.574
Banco BBM	Capital de giro	6.554				6.554
Banco Paulista	Capital de giro	14.933				14.933
Banco Panamericano	Capital de giro	7.000				7.000
Bradesco	BNDES	2.167				2.167
Banco ABC	BNDES	10.553				10.553
Banco Daycoval	BNDES	10.315				10.315
Banco Daycoval dolar	BNDES	4.736				4.736
Banco Itaú	BNDES	9.523				9.523
Banco Santander	Finimp	2.896				2.896
Banco Votorantim	Finimp	4.710				4.710
Banco Fibra	Finimp	2.793				2.793
Bic Banco	Finimp	2.551				2.551
Banco Indusval	Finimp	2.755				2.755
Desembahia	Renegociações	21.350				21.350
BDMG	Renegociações	3.178				3.178
Barclays	Renegociações	2.297				2.297
CSI Latina Arrendamento Mercantil	Leasing	126				126
Banco Santander	Leasing	36				36
Banco Safra	Leasing	63				63
Bradesco	Leasing	93				93
		<u>120.047</u>	<u>13.839</u>	<u>12.228</u>	<u>529</u>	<u>146.643</u>

Todas as operações contam com garantias reais de bens do ativo, tais como: imóveis, máquinas e equipamentos e recebíveis.

### (c) Operações em moeda estrangeira

Em junho de 1999, a Companhia assinou com o Banco Barclays & Galícia (Bahamas) Limited um contrato de financiamento de pré-pagamento de exportação com valor principal de US\$ 10.000 mil, dando como garantia bens móveis e imóveis no montante de R\$ 26.812 mil. Esta operação foi renegociada e deixou de ser indexada na moeda, sendo revisadas também as

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

proporções das garantias, onde, uma parte foi liberada e, outra parte das garantias que já recaiam sobre os bens imóveis foi mantida, no montante equivalente ao saldo devedor. Em dezembro de 2012, o saldo remanescente a pagar era de R\$ 2.297 mil, que será pago em 14 parcelas de R\$ 164 mil, sem juros, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 20 de março de 2013.

Em 2012, a Companhia optou por aumentar o volume de importações e em razão disso, houve a necessidade de aumentar a utilização das linhas de FINIMP.

### (d) Agenda de pagamentos

O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
2013	62.867	18.304
2014	39.852	44.064
2015	17.800	24.742
2016	8.628	2.758
2017	2.759	2.759
2018	2.644	2.644
2019	2.529	2.529
2020	2.415	2.415
2021 em diante	7.149	7.149
Total	<u>146.643</u>	<u>107.364</u>

### (e) Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus empréstimos e financiamentos conforme mencionado nas notas explicativas 9 e 14(c) das demonstrações financeiras publicadas em 28 de março de 2013, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

### (f) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia e por suas controladas não continham cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros.

### Debêntures (emissões públicas não conversíveis em ações)

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Debêntures	INPC mais juros de 8,5% a.a.	11.343	13.651	11.343	13.651
Passivo circulante		3.976	3.510	3.976	3.510
Passivo não circulante		7.367	10.141	7.367	10.141
		11.343	13.651	11.343	13.651

O montante das debêntures com vencimento de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

<b>Vencimentos</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>2014</b>	3.976	3.510	3.976	3.510
<b>2015</b>	3.390	6.631	3.390	6.631
<b>Total</b>	<b>7.367</b>	<b>10.141</b>	<b>7.367</b>	<b>10.141</b>

Em AGE de julho/98 foi aprovada a emissão pública de 15.000 debêntures da Companhia, as quais foram emitidas em agosto/98 com vencimento em agosto/01, parcialmente adquiridas pelo Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos. Após o vencimento, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidas pelo INPC e acrescida de juros de 8,5% ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

Em 14 de outubro de 2010, a Administração da Companhia visando colocar fim à execução e aos embargos de devedor, assim como à medida cautelar de sustação de protesto, autos nº 000.02.000156-8, e à respectiva ação ordinária declaratória, a Companhia pagará à Postalis, com a anuência expressa da Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda, o valor de R\$ 18.480, que passa a ser o valor devido enquanto a Companhia estiver adimplente com as obrigações ora estabelecidas, da seguinte forma:

- a) R\$ 3.113 mil no dia 14 de outubro de 2010;
- b) R\$ 15.077 mil, em 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas, atualizadas pela variação anual do INPC e juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano;
- c) R\$ 290 mil relativos a ressarcimento de custas e outras despesas decorrentes de todos os litígios.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia encontrava-se adimplente com a atual operação.



## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### ii) outras Relações de Longo Prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

### iii) grau de subordinação entre dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas atuais da Companhia.

### iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação do controle societário

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia citados nos itens acima possuem garantia real em sua contratação e/ou negociação.

### g) limites de utilização de financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro 2012, a Companhia estava utilizando 90% (noventa por cento), aproximadamente, dos limites de financiamento cedidos pelas instituições financeiras. Todos os contratos possuem garantias calçadas em duplicatas mercantis.

### h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aqui apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

Análise de nossos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro:

	31.12.2010		31.12.2011		31.12.2012		Variação		Variação	
	A.V.%(1)		A.V.%(1)		A.V.%(1)		2011/2010	A.H.%(2)	2012/2011	A.H.%(2)
(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)										
<b>Ativo circulante</b>										
Caixa e equivalente de caixa	7.706	4,3%	15.270	6,5%	23.276	8,9%	7.564	98,2%	8.006	52,4%
Contas a receber de clientes	58.103	32,5%	69.940	29,9%	71.457	27,4%	11.837	20,4%	1.517	2,2%
Estoques	45.619	25,5%	64.197	27,5%	75.837	29,1%	18.578	40,7%	11.640	18,1%
Tributos a recuperar	2.265	1,3%	3.603	1,5%	5.791	2,2%	1.338	59,1%	2.188	60,7%
Despesas Pagas Antecipadamente	4.017	2,2%	3.364	1,4%	1.851	0,7%	(653)	-16,3%	(1.513)	-45,0%
Outros créditos	4.109	2,3%	13.146	5,6%	20.893	8,0%	9.037	219,9%	7.747	58,9%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>121.819</b>	<b>68,2%</b>	<b>169.520</b>	<b>72,5%</b>	<b>199.105</b>	<b>76,3%</b>	<b>47.701</b>	<b>39,2%</b>	<b>29.585</b>	<b>17,5%</b>
<b>Ativo não circulante</b>										
Aplicações financeiras	-	0,0%	-	0,0%	500	0,2%	-	0,0%	500	0,0%
Partes relacionadas	1.299	0,7%	-	0,0%	381	0,1%	(1.299)	-100,0%	381	0,0%
Depósitos judiciais	962	0,5%	1.740	0,7%	2.284	0,9%	778	80,9%	544	31,3%
Tributos a recuperar	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
Outros créditos	3.356	1,9%	3.190	1,4%	1.753	0,7%	(166)	-4,9%	(1.437)	-45,0%
Outros investimentos	1.057	0,6%	1.115	0,5%	1.129	0,4%	58	5,5%	14	1,3%
Imobilizado	42.174	23,6%	52.636	22,5%	48.632	18,6%	10.462	24,8%	(4.004)	-7,6%
Intangível	8.080	4,5%	5.664	2,4%	7.207	2,8%	(2.416)	-29,9%	1.543	27,2%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>56.928</b>	<b>31,8%</b>	<b>64.345</b>	<b>27,5%</b>	<b>61.886</b>	<b>23,7%</b>	<b>7.417</b>	<b>13,0%</b>	<b>(2.459)</b>	<b>-3,8%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>178.747</b>	<b>100,0%</b>	<b>233.865</b>	<b>100,0%</b>	<b>260.991</b>	<b>100,0%</b>	<b>55.118</b>	<b>30,8%</b>	<b>27.126</b>	<b>11,6%</b>
<b>Passivo circulante</b>										
Fornecedores	5.297	3,7%	15.200	7,9%	14.005	6,1%	9.903	187,0%	(1.195)	-7,9%
Empréstimos e financiamentos	20.311	14,1%	66.810	34,5%	79.387	34,3%	46.499	228,9%	12.577	18,8%
Salários e encargos sociais	5.668	3,9%	6.008	3,1%	5.050	2,2%	340	6,0%	(958)	-15,9%
Tributos a recolher	6.923	4,8%	5.014	2,6%	5.847	2,5%	(1.909)	-27,6%	833	16,6%
Demais contas a pagar	3.248	2,3%	3.221	1,7%	4.529	2,0%	(27)	-0,8%	1.308	40,6%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>41.447</b>	<b>28,8%</b>	<b>96.253</b>	<b>49,8%</b>	<b>108.818</b>	<b>47,0%</b>	<b>54.806</b>	<b>132,2%</b>	<b>12.565</b>	<b>13,1%</b>
<b>Passivo não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos	39.165	27,2%	44.064	22,8%	71.232	30,8%	4.899	12,5%	27.168	61,7%
Debêntures	13.174	9,1%	10.141	5,2%	7.367	3,2%	(3.033)	-23,0%	(2.774)	-27,4%
Tributos a recolher	46.354	32,2%	39.978	20,7%	40.913	17,7%	(6.376)	-13,8%	935	2,3%
Provisão para contingências	3.908	2,7%	2.946	1,5%	3.095	1,3%	(962)	-24,6%	149	5,1%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>102.601</b>	<b>71,2%</b>	<b>97.129</b>	<b>50,2%</b>	<b>122.607</b>	<b>53,0%</b>	<b>(6.472)</b>	<b>-5,3%</b>	<b>25.478</b>	<b>26,2%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>144.048</b>	<b>100,0%</b>	<b>193.382</b>	<b>100,0%</b>	<b>231.425</b>	<b>100,0%</b>	<b>49.334</b>	<b>34,2%</b>	<b>38.043</b>	<b>19,7%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social	32.340	93,2%	32.340	79,9%	32.340	109,4%	-	0,0%	-	0,0%
Reserva de capital	75.367	217,2%	-	0,0%	-	0,0%	(75.367)	-100,0%	-	0,0%
Reserva Legal	-	0,0%	336	0,8%	-	0,0%	336	0,0%	(336)	-100,0%
Reserva de lucro a realizar	-	0,0%	4.790	11,8%	-	0,0%	4.790	0,0%	(4.790)	-100,0%
Reserva de incentivos fiscais	-	0,0%	2.289	5,7%	-	0,0%	2.289	0,0%	(2.289)	-100,0%
Ajustes Acumulados de Conversão	(197)	-0,6%	559	1,4%	1.757	5,9%	756	-383,8%	1.198	-57,0%
Prejuízos Acumulados	(73.078)	-210,6%	-	0,0%	(4.902)	-16,6%	73.078	-100,0%	(4.902)	-1590,8%
Participação dos acionistas não controladores em controladas	267	0,8%	169	0,4%	371	1,3%	(98)	-36,7%	202	-126,4%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>34.699</b>	<b>100,0%</b>	<b>40.483</b>	<b>100,0%</b>	<b>29.566</b>	<b>100,0%</b>	<b>5.784</b>	<b>-14,3%</b>	<b>(10.917)</b>	<b>-27,0%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>178.747</b>		<b>233.865</b>		<b>260.991</b>		<b>55.118</b>		<b>27.126</b>	

### ATIVO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2012, o ativo circulante somava R\$ 199.105, 17,5% superior ao mesmo período de 2011. Este aumento decorreu, principalmente, da variação significativa nos seguintes itens:

#### Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas substancialmente por caixa, bancos, contas correntes e depósitos bancários sem a incidência de juros.

#### Estoques

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O aumento nos estoques, ao final de dezembro de 2012, foi devido a retração do mercado consumidor de nossos produtos e em decorrência do aumento do custo médio de produção do último trimestre de 2012, que resultou em estoques com preços médios elevados. Esse cenário já começa a se reverter, à medida que os estoques são renovados a custos mais baixos.

### PASSIVO CIRCULANTE

#### Empréstimos e financiamentos

A Companhia encerrou 2012 com dívida líquida de R\$ 123,4 milhões, um aumento de R\$ 31,3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2011, em virtude de Capex, aumento de estoques, maior prazo de pagamentos ofertado aos clientes e operações com partes relacionadas.

A Companhia está trabalhando na estruturação de operações para alongar o endividamento e reduzir o custo financeiro.

Demonstração do resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro.

	31.12.2010		31.12.2011		31.12.2012		Variação		Variação	
	A.V.%(1)		A.V.%(1)		A.V.%(1)		2011/2010	A.H.%(2)	2012/2011	A.H.%(2)
	(em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)									
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>242.830</b>	<b>100,0%</b>	<b>275.528</b>	<b>100,0%</b>	<b>274.172</b>	<b>100,0%</b>	<b>32.698</b>	<b>13,5%</b>	<b>(1.356)</b>	<b>-0,5%</b>
Custos dos produtos e serviços vendidos	(142.210)	-58,6%	(155.669)	56,5%	(161.496)	58,9%	(13.459)	9,5%	(5.827)	3,7%
<b>Lucro bruto</b>	<b>100.620</b>	<b>158,6%</b>	<b>119.859</b>	<b>43,5%</b>	<b>112.676</b>	<b>41,1%</b>	<b>19.239</b>	<b>19,1%</b>	<b>(7.183)</b>	<b>-6,0%</b>
<b>Receitas (despesas) Operacionais</b>										
Comerciais	(63.749)	-26,3%	(76.031)	-27,6%	(83.029)	-30,3%	(12.282)	19,3%	(6.998)	9,2%
Administrativas e gerais	(18.123)	-7,5%	(25.835)	-9,4%	(29.268)	-10,7%	(7.712)	42,6%	(3.433)	13,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	296	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	-100,0%	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	3.259	1,3%	2.421	0,9%	6.831	2,5%	(838)	-25,7%	4.410	182,2%
	<b>(78.317)</b>	<b>-32,3%</b>	<b>(99.445)</b>	<b>-36,1%</b>	<b>(105.466)</b>	<b>-38,5%</b>	<b>(20.832)</b>	<b>27,0%</b>	<b>(6.021)</b>	<b>6,1%</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>22.303</b>	<b>9,2%</b>	<b>20.414</b>	<b>7,4%</b>	<b>7.210</b>	<b>2,6%</b>	<b>(1.593)</b>	<b>-8,5%</b>	<b>(13.204)</b>	<b>-64,7%</b>
<b>Resultado financeiro</b>										
Despesas financeiras	(17.853)	-7,4%	(23.093)	-8,4%	(36.940)	-13,5%	(5.240)	29,4%	(13.847)	60,0%
Receitas financeiras	5.270	2,2%	8.967	3,3%	17.355	6,3%	3.697	70,2%	8.388	93,5%
	<b>(12.583)</b>	<b>-5,2%</b>	<b>(14.126)</b>	<b>-5,1%</b>	<b>(19.585)</b>	<b>-7,1%</b>	<b>(1.543)</b>	<b>12,3%</b>	<b>(5.459)</b>	<b>38,6%</b>
<b>Lucro antes do Imposto de renda e CSL</b>	<b>9.720</b>	<b>4,0%</b>	<b>6.288</b>	<b>2,3%</b>	<b>(12.375)</b>	<b>-4,5%</b>	<b>(3.136)</b>	<b>-35,3%</b>	<b>(18.663)</b>	<b>-296,8%</b>
Imposto de renda e CSL	(271)	-0,1%	271	0,1%	-	0,0%	542	-200,0%	(271)	-100,0%
Atribuíveis aos acionistas não controladores	48	0,0%	164	0,1%	58	0,0%	116	241,7%	(106)	-64,6%
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>9.497</b>	<b>3,9%</b>	<b>6.723</b>	<b>2,4%</b>	<b>(12.317)</b>	<b>-4,5%</b>	<b>(2.594)</b>	<b>-29,2%</b>	<b>(18.934)</b>	<b>-283,2%</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$</b>	<b>0,26</b>		<b>0,18</b>		<b>(0,33)</b>			<b>-29,2%</b>		<b>-283,2%</b>

(1) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total da receita operacional líquida no mesmo período.

(2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos.

#### Lucro líquido/prejuízo

A companhia finalizou o ano de 2012 com prejuízo de R\$ 12,3 milhões contra um lucro de R\$ 6,7 milhões em 2011. No 4T12, o prejuízo foi de R\$ 14,1 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 1,9 milhões no 4T11. A performance do último trimestre de 2012 teve como principais fatores a retração das vendas, o desempenho do CPV, em razão de eventos não recorrentes (férias coletivas, paradas de fábrica) e custos fixos, bem como da redução de despesas que não acompanharam a queda de vendas na mesma proporção. Conforme já explanado no decorrer das demais seções, a Companhia adotou medidas de redução de custos e despesas, que trarão efeitos positivos e está confiante que as medidas de ajustes adotadas possibilitarão recuperação dos resultados a partir de 2013.

## 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

### Resultado financeiro

As receitas financeiras totalizaram R\$ 17,3 milhões em 2012 contra R\$ 9,0 milhões em 2011, representando uma variação positiva de R\$ 8,4 milhões. Essa variação decorre principalmente da atualização monetária de processos tributários, com trânsito em julgado, reconhecidos pela controlada Cambuci Importadora Ltda. Por outro lado, as despesas financeiras aumentaram em R\$ 5,5 milhões, passando para R\$ 19,6 milhões em 2012 contra R\$ 14,1 milhões em 2011. Os principais fatores dessa variação são o efeito dos juros sobre os empréstimos para capital de giro, utilizados para a melhoria do processo produtivo, variação cambial e atualização monetária de processos tributários reconhecidos pela referida controlada.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a) resultados das operações do emissor, em especial:

#### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente das vendas de seus produtos no mercado interno e no mercado externo, realizadas pelas operações na América do Sul e Europa, além das exportações. A Companhia goza ainda de subvenções, concedidas pelos governos estaduais onde as suas principais fábricas estão localizadas, com prazo de validade até 2020. O valor dessas subvenções para investimentos, registrado durante o exercício social de 2012 foi de R\$22.927 mil. No exercício social encerrado em 2011, a subvenção foi de R\$23.367 mil.

#### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No período compreendido entre os três últimos meses do exercício social de 2012, apresentamos uma forte retração nas nossas vendas e, embora com lucro acumulado até 30 de setembro de 2012, fechamos o exercício de 2012 com prejuízo, após 3 exercícios sociais consecutivos de resultado positivo.

Tal retração foi devida, principalmente, por um forte desaquecimento no setor de materiais esportivos, bem como um alto grau de concorrência nos segmentos que atuamos. Para informações adicionais a respeito da variação de nossas receitas, veja o item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

### b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

Nossa receita de venda consiste, principalmente, em receitas decorrentes da venda dos nossos produtos no mercado interno e externo.

Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e modificação de preços.

Assim, nossas operações podem ser adversamente afetadas por fatores que incluem a variação do preço de insumos e produtos, a taxa de inflação, a taxa de câmbio e de juros.

No consolidado do exercício social encerrado em 2012, a receita líquida da Companhia ficou praticamente estável em relação ao exercício social findo em 2011, passando de R\$275,5 milhões para R\$274,2 milhões. Em comparação com o 4ºT de 2011 a receita líquida passou de R\$64,9 milhões para R\$52,9 milhões no 4º T de 2012, representando uma queda de 18,5%.

### c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor;

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de curto e longo prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público-alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência. A inflação poderá afetar nossos resultados operacionais, uma vez que os custos e despesas operacionais são denominados em reais e sujeita aos efeitos da inflação ou por ela reajustada. Uma taxa de inflação mais elevada no Brasil poderá aumentar o custo de nossos insumos, visto que os fornecedores tenderão a repassar aos elos seguintes da cadeia produtiva quaisquer aumentos nas suas próprias despesas. Adicionalmente, uma maior inflação poderá resultar na elevação dos preços de venda praticados pela indústria e comércio em geral, o que a seu turno acarretará novos focos de pressão inflacionária e demandas por reajustes salariais, tendo em vista sua defasagem em relação ao nível geral de preços. Tal cenário, em última análise, poderá afetar negativamente nossas vendas e também custos com pessoal, e, por conseguinte, prejudicar nossos resultados e lucratividade.

Estamos sujeitos também aos riscos da variação da taxa de câmbio, uma vez que a instabilidade cambial ou a excessiva valorização ou desvalorização do real frente a outras moedas pode afetar, de maneira prejudicial, a economia como um todo. Em especial, a desvalorização do real em relação ao dólar pode criar pressões inflacionárias e resultar na elevação das taxas de juros reais, o que afeta negativamente a economia brasileira e nossos resultados operacionais e financeiros. Por outro lado, a excessiva valorização do real também gera problemas na economia, não apenas prejudicando as exportações, mas principalmente, incentivando a entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá prejudicar nossos negócios, devido à intensificação da competição com produtos provenientes do exterior.

O risco cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominados em moeda estrangeira. Foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, a pagar a fornecedores e dos empréstimos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, para as quais a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda para essas controladas.

**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os períodos apresentados.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante no período.

**c) eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB” para as demonstrações financeiras consolidadas.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira da controladora e consolidada e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas) e IFRS, sendo que a Companhia adotou como data de transição para 1 de janeiro de 2009. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC que afetaram as operações da Companhia, emitidos até 31 de dezembro de 2010, conseqüentemente as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e aprovado pelo CPC.

### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As alterações não trouxeram efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras referente ao exercício de 31 de dezembro de 2012.

### **c.1) ressalvas presentes no parecer do auditor**



## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

Não temos histórico de ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes.

### **c.2) ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, enfatizam, conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 b, que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e auditadas pela GF Auditores Independentes. As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil são as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas da CVM e pelas normas, pronunciamentos e resoluções do IBRACON, do CFC e do CPC, todas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards*) (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

### *Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS apenas na avaliação dos investimentos em controladas que são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS seriam avaliadas pelo custo ou pelo valor justo.

### *Principais Práticas Contábeis Críticas*

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

Estimativas e julgamentos críticos são aquelas que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Companhia fez estimativas relativas a diversos assuntos. Alguns desses assuntos são altamente imprevisíveis, fazendo com que estas estimativas dependam de opiniões formuladas com base nas informações disponíveis.

Há muitas áreas nas quais estimativas são utilizadas para situações imprevisíveis, mas o efeito provável da alteração ou substituição das estimativas não é relevante para as demonstrações financeiras. Veja as notas explicativas às demonstrações financeiras, para discussão mais detalhada da aplicação destas e de outras políticas contábeis.

### *Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas*

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas estão incluídas a seguir:

As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidada incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

### *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Tanto as demonstrações financeiras consolidadas quanto as demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e das suas sociedades controladas, conforme definida no CPC 02 (R2) e na IAS nº 21.

### *Transações e saldos*

As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como “receitas financeiras” e “despesas financeiras”, respectivamente.

### *Reconhecimento de Receita*

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

### Receita de Juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica de receita financeira, na demonstração de resultado.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista. Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### *Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). O prazo médio de recebimento da Companhia é de 71 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda. As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras.

### *Estoques*

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o menor. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia, menos os tributos incidentes. As provisões para perda no valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

### *Aplicações financeiras*

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Compreende o investimento financeiro com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, considerados pela Administração da Companhia como não sendo de liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### *Investimentos em sociedades controladas*

Controladas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o poder de governar suas políticas financeiras e operacionais, de forma a obter benefícios de suas atividades (controle), o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto. Os investimentos em sociedades controladas são contabilizados, nas demonstrações financeiras da Controladora, pelo método de equivalência patrimonial. Esses investimentos são integralmente consolidados enquanto a Companhia detiver o seu controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia verifica, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia adota como prática, nas demonstrações financeiras da Controladora, constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente ao patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) dessas sociedades. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, em contrapartida da conta “resultado de equivalência patrimonial”.

### *Ativo imobilizado*

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção, quando aplicável, e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso.

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão operacional das fábricas. As vidas úteis estabelecidas inicialmente são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem o parque fabril da Companhia são as condições operacionais das máquinas e equipamentos, o tempo hora de operação, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

A Administração da Companhia também decidiu que (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

A vida útil é revisada anualmente pela Companhia. A análise efetuada em 31 de dezembro de 2012 indicou a necessidade de mudança, na vida útil das máquinas e equipamentos das unidades fabris, em relação à praticada em 2011.

Os efeitos de depreciação decorrentes desta revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme requeridos pela interpretação técnica ICPC nº 10, foram registrados prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2012.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de contas "Outras receitas (despesas) líquidas".

Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso.

### *Ativo intangível*

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados por marcas e patentes, direito de uso de softwares, direitos de uso de lojas.

As marcas e patentes são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As marcas e patentes têm vida útil definida e são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos ou pelo prazo do contrato de aquisição.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos.

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os softwares são registrados pelo custo líquido da amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos de sistemas de gestão empresarial e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares possuem vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada ou pelo prazo do contrato de aquisição. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a direito de uso de lojas que correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

### *Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros*

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros.

Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas “UGC’s” ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única UGC para realizar esse teste.

Se o montante recuperável de um ativo ou de uma UGC calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo ou da UGC é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum item que requeira provisão por redução ao valor recuperável.

### *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2012 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

### *Provisões e passivos contingentes*

Provisões são reconhecidas no balanço quando (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recurso econômico seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável.

A Administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica os processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

**Perda provável** – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor reclamado multiplicado pelo percentual histórico da Companhia na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde a 100% do valor atualizado da causa.
- (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa.

**Perda possível** – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância.

**Perda remota** – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.



## 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de ter algum desembolso; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, tais como o REFIS implementado no Brasil a nível Federal e o Programa de Parcelamento Incentivado do Governo do Estado de São Paulo - PPI, em condições favoráveis que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra atualmente provisionado ou inferior ao valor da causa.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

### *Tributação*

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

#### (i) Correntes

O Imposto de Renda ("IR") e Contribuição Social ("CSL") do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

#### (ii) Diferidos

Os créditos fiscais diferidos referentes ao IR e a CSL, não foram reconhecidos em função da Companhia não atender todos os requisitos contemplados no Pronunciamento Técnico CPC nº 32, aprovado pela deliberação CVM 599/09.

### *Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do valor adicionado*

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC/IABS.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária e foi preparada de acordo com o CPC 09. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre diversos agentes.

### *Ativos financeiros - Classificação*

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, conforme as categorias abaixo relacionadas. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos /constituídos.

(a) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros são classificados nessa categoria quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Tem o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

(b) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de mútuo e de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(c) Ativos mantidos até o vencimento - são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. A Companhia não tem ativos financeiros classificados nessa categoria.

### *Reconhecimento e mensuração*

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são apropriados no “resultado financeiro” do período em que ocorrem.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

As variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando adquiridos pela Companhia, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquida de impostos, como “outros resultados abrangentes”. Quando os títulos são vendidos ou sofrem perda por redução ao valor

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

recuperável (“*impairment*”), os ajustes acumulados do valor justo são transferidos para o resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida do “resultado financeiro”.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos.

Os custos de transação ligados aos ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos pela Companhia, são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, os custos de transação, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo.

### *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal de compensar os valores reconhecidos e a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### *Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros (impairment)*

A Companhia avalia no final de cada exercício, com base no histórico de perdas, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis, mantido até o vencimento ou como disponível para venda, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por *impairment* incluem:

- (a) dificuldade financeira significativa do emitente ou devedor;
- (b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- (c) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou
- (d) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis

As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado.

A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa efetiva original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de (i) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 120 dias; (ii) 95% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iii) 5% de todos os títulos derivados de renegociação com clientes e com prazo de recebimento superior a 24 meses. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

No momento a Companhia não mantém operações classificadas nessa categoria, entretanto, se tivéssemos alguma operação e se houvesse qualquer evidência de perda para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, o valor justo acumulado reconhecido no patrimônio líquido é transferido de “outros resultados abrangentes” para o resultado do exercício. Adicionalmente, se em um período subsequente, o valor da perda diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a mesma é revertida.

### *Outros investimentos*

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

### *Contas a pagar a fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

A Companhia calcula o ajuste a valor presente (“AVP”) para as compras com prazo superior a 180 dias e, se existente, contabiliza como despesa financeira.

### *Empréstimos e financiamentos*

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo e em alguns casos, líquidos dos custos de transação incorridos na estruturação da

## 10.5 - Políticas contábeis críticas

operação. Subsequentemente são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

### *Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma:

(i) ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) passivos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 22 das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2012.

(iii) depósitos judiciais – são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

### *Reconhecimento da receita de vendas*

As receitas de vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, INSS e bonificações de clientes.

As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador.

O direito legal, assim como os riscos e benefícios, é substancialmente transferido para o cliente, quando uma das modalidades dos termos de entrega for contratada:

(i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente;

## **10.5 - Políticas contábeis críticas**

(ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente.

**10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A avaliação dos controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas.

Nossa Administração entende que nossos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras atendem perfeitamente a qualidade, precisão e a confiabilidade das informações e são eficazes para prevenir ou identificar a ocorrência de erros. Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. Neste sentido, em dezembro de 2011 a Companhia migrou para uma nova versão de sistema integrado de gestão E.M.S Totvs, visando maior agilidade, controles eficazes e integração aos processos.

**b) deficiência e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.**

O relatório dos nossos auditores independentes com relação aos nossos controles internos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não aponta qualquer deficiência relevante nos procedimentos e controles internos que utilizamos para fins de elaboração de das demonstrações financeiras.

## **10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

**(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados,**

Não realizamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

**(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva e,**

Não aplicável.

**(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.**

Não aplicável.



**10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet times), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contrato de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Na data deste Formulário de Referência, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou quaisquer outros itens não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas demonstrações financeiras.

**10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação.**

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer passivos ou operações não registradas nas demonstrações financeiras.

## 10.10 - Plano de negócios

### a) investimentos, incluindo:

#### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia, como um dos principais elementos do seu plano de negócios, continua investindo na sua expansão internacional no Paraguai, Chile e Argentina. A Companhia investiu R\$ 1.866 mil em 2012 e pretende aplicar em novos investimentos em 2013, nessa mesma proporção.

#### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende utilizar sua própria geração de caixa como fonte de financiamento e/ou créditos junto a instituições financeiras para os novos investimentos.

#### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevante em andamento ou previstos para os próximos anos.

### b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

A Companhia investiu R\$1,9 milhões com participação em 96,7% na capital social da empresa Impar Paraguai em outubro de 2009, com este investimento, a Companhia prevê suportar a demanda de produção crescente do segmento de confecção, para atender o MERCOSUL e os outros mercados da América Latina. A Companhia também investiu R\$ 1,0 milhões com aumento na participação na Penalty Chile passando sua participação de 24% em 2009 para 76% em 2010. Em 2011 a Companhia investiu R\$580 mil na abertura da Penalty Ibéria com sede na Espanha.

Continuamos com a política de modernização de nosso parque fabril por meio da aquisição de novos equipamentos e inovação nos processos produtivos. No ano de 2012, houve um aumento de capital em nossas controladas Impar Paraguay S/A e Penalty Iberia S.L no montante de R\$1.851 mil.

### c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgados (ii) montantes totais gastos pela Companhia

## 10.10 - Plano de negócios

**em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos (iv) montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Desenvolvemos diversos projetos de pesquisa que objetivam o desenvolvimento de produtos com características inovadoras. O portfólio de nossos produtos apresentado em 2012 foi resultado de investimentos em inovação e tecnologia, baseado em premissas de atualização de *design* e em conformidade com as orientações de pesquisa em tendências junto a *bureaus* globais. Cerca de 2% do faturamento líquido da Companhia é destinado ao trabalho de pesquisa, desenvolvimento e inovação, justamente para oferecer constantes novidades e garantir performance e qualidade que são condições primordiais nos produtos “Penalty” e “Stadium”.

Este direcionamento resultou na evolução das linhas de produtos do nosso portfólio:

- **Linha Max de Futsal** – linha profissional de futsal que oferece a melhor articulação, domínio e ventilação para diferentes perfis técnicos de calçados, que atendem da melhor forma os diferentes perfis de jogo dos atletas. Além dos calçados a linha conta também com confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios.

- **Linha S11 de Futebol de Campo** – linha profissional de futebol de campo e society, construída em plataformas tecnológicas leves, flexíveis e resistentes, resultado obtido em conjunto com atletas de ponta do futebol brasileiro e espanhol. Linha completa composta por calçados, confecção, bolas, meião, equipamentos e acessórios.

- **Meião Kanguru** – produto único no segmento de meias a nível global com bolsa interna construída sem costuras adicionais, possibilitando o encaixe da caneleira sem a necessidade de tira elástica, esparadrapo ou qualquer outro tipo de amarração.

- **Bola Oficial de Vôlei Pró 7.0** – Exclusiva bola matrizada de 16 gomos certificada pela Federação Internacional de Volleyball e atletas profissionais tem como principais características a maciez, balanceamento em 100%, velocidade controlada e também com o exclusivo laminado sintético de absorção de impacto e de suor provendo o melhor domínio na bola.

- **Sistema d-Tech** – desenvolvido para orientação e auxílio na evolução do vôlei, que detecta com precisão e em tempo real as informações se a bola foi dentro ou fora da quadra, bem como, a velocidade atingida no solo.

## 10.10 - Plano de negócios

Adicionalmente, o lançamento de novas tecnologias para a linha 2012, foram as seguintes:

- **Tecnologia Celeron** – projetado com o objetivo de atender as características do futebol brasileiro e de profissionais globais. O solado Celeron é extremamente leve, flexível e resistente. Ideal para jogadores que buscam velocidade, explosão de arranque e segurança de tração.

- **Tecnologia Sensor** – o exclusivo couro Sensor, genuinamente brasileiro, possui características diferenciadas para a melhor prática do futebol. Tem uma construção mais leve e resistente, com tratamento hidrofugado. Ajuste perfeito aos pés, permitindo passes precisos, chutes certos e conforto máximo no uso.

- **Tecnologia Tervis** – para garantir um melhor contato entre o pé do jogador e a bola, o exclusivo laminado Tervis foi desenvolvido com uma microfibras altamente resistente e macia, para estender os limites do jogador e fazer a diferença em campo.

- **Tecnologia Termotec** – a exclusiva tecnologia Penalty Termotec, que revolucionou a construção e a performance de bolas, agora presente nas chuteiras da linha profissional S11 e Max Viento. Através da fusão das partes do cabedal do calçado em uma peça única, sem a necessidade de costuras, o produto se torna mais leve, eliminando sobreposições espessas, mantendo a resistência necessária e com ajuste perfeito ao pé.

- **Tecnologia Polipró** – meios mais leves e resistentes. Esta exclusiva construção age como isolante térmico, excelente para a prática esportiva em climas frios e quentes, possui fibras ecologicamente corretas que não necessita do tratamento de tingimento dos processos convencionais.

A cada ano a Companhia vem ampliando parcerias com clubes, atletas, federações e confederações, que funcionam como um sofisticado laboratório de testes de produtos de alta performance e têm função vital em potencializar cada vez mais a promover e viabilizar os nossos projetos tecnológicos e inovadores que são condições orientadas para dentro da Companhia de prover produtos únicos e exclusivos com diferencial técnico e maior valor agregado.

**10.11 - Outros fatores com influência relevante**

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados e/ou comentados nos demais itens desta seção.

## **11.1 - Projeções divulgadas e premissas**

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.

## **11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas**

Não divulgamos projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a nós ou as nossas atividades.



## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

### a) atribuições de cada órgão e comitê

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria com poderes conferidos pela Lei das Sociedades por Ações e de acordo com o nosso Estatuto Social.

#### *Conselho de Administração*

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é composto por 6 (seis) membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas. O nosso Conselho de Administração é formado por uma maioria de membros independentes da administração da Companhia.

O nosso Conselho de Administração é autorizado a solicitar a contratação de especialistas externos para auxílio em suas decisões, quando considerar necessário.

O nosso Conselho de Administração atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução de seu objeto social e orientar a diretoria a fim de maximizar o retorno do investimento, agregando valor ao empreendimento. Essa atuação se dá, principalmente por meio da realização de reuniões periódicas. Estatutariamente, as reuniões deveriam ser trimestrais, no entanto, desde 2001, nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2014.

O nosso Conselho de Administração elegerá entre seus membros um Presidente que convocará e presidirá suas reuniões, e um vice presidente, que substituirá o Presidente nos seus impedimentos ou ausências temporárias.

De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, decidir sobre a política econômico-financeira e administrativa e aprovar o planejamento estratégico da companhia;
- b) analisar relatórios consolidados da Diretoria;
- c) aprovar os programas de expansão, de investimentos para manutenção do parque industrial e contratos de prestação de serviços, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados, acima de 10% do capital social, por operação;
- d) aprovar investimentos que envolvam modernização e/ou mudança de tecnologia;
- e) aprovar a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;
- f) aprovar critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;
- g) eleger e destituir os Diretores da Companhia, e dar-lhes substitutos em caso de vacância;
- h) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

quaisquer outros atos;

i) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

j) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

k) escolher e destituir os auditores independentes previstos na forma da lei e do presente estatuto;

l) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;

m) autorizar a emissão de ações, dentro do capital autorizado, e de títulos de crédito para distribuição pública;

n) dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;

o) deliberar sobre a aquisição de ações e debêntures de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

p) deliberar sobre o aumento do capital social dentro dos limites do capital autorizado nos termos do parágrafo único do Artigo 5º deste Estatuto Social, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;

q) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;

r) autorizar a criação de subsidiárias integrais; a participação em controladas, coligadas e joint ventures; a formação de consórcios e alianças estratégicas, no País e no exterior;

s) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, operações acima de 10% do capital social, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante, bem como estabelecer, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;

t) autorizar a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante;

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- u) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;
- v) deliberar sobre a distribuição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, fixada de forma global pela Assembleia Geral;
- x) aprovar a estrutura organizacional da Diretoria da Companhia definindo a distribuição de responsabilidades e competências;
- z) Instituir e aprovar programas de trabalho de Auditoria Interna, quando julgar oportuno;
- aa) Aprovar programas de premiação e benefícios para Diretores e Gerentes diretamente subordinados a eles;
- ab) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinário não compreendido na competência privativa da Assembleia Geral e diretoria.

### *Conselho Fiscal*

O nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente, com as atribuições e os poderes conferidos pela legislação.

Nosso Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente, nosso Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos.

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador dos atos de gestão administrativa que elabora seus pareceres com base nos relatórios da auditoria independente da Companhia. O Conselho Fiscal ainda, apresenta documentos e pareceres à Assembleia Geral para subsidiar a aprovação das diversas matérias pelos acionistas da Companhia.

### *Diretoria*

Nossa Diretoria é composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, podendo ser reeleitos, que recebem as seguintes designações: (a) um Diretor Presidente; (b) um Diretor Superintendente e; (c) 1(um) a 5 (cinco) Diretores Executivos adjuntos, todos com mandato unificado de 1 (um) ano.

Os cargos da Diretoria poderão, ou não, ser preenchidos, de acordo com os interesses da administração da Companhia, respeitado o número mínimo previsto em nosso Estatuto Social. Compete à Diretoria a direção dos negócios sociais em geral e a execução dos atos de administração, com as atribuições e os poderes conferidos por lei e pelo Estatuto Social.

Compete, ainda, à Diretoria:

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- a) representar a Companhia, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) celebrar contratos de qualquer natureza, relacionados com os fins sociais, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prestar garantias de qualquer natureza, respeitados os limites e formas indicados neste Estatuto;
- c) constituir em nome da Companhia procuradores para a prática de quaisquer atos que envolvam os interesses sociais;
- d) apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta da destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- e) abrir contas, fazer depósitos e movimentá-las em Bancos; emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar “Warrants”, conhecimentos de depósitos e conhecimentos de embarques;
- f) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade, observadas as restrições legais e estatutárias; e
- g) praticar em geral todos os atos de gestão necessários à consecução dos fins sociais.

### **b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês;**

Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento permanente e não possuímos comitês estatutários instalados.

### **c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê;**

Não possuímos mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê.

### **d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais;**

As atribuições dos nossos Diretores estão definidas no nosso Estatuto Social como segue:

#### Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente: (a) dirigir e superintender os negócios sociais, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembleia Geral, respeitadas sempre as disposições legais e estatutárias; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) manter a permanente coordenação entre a Diretoria e o Conselho de Administração.

#### Diretor Superintendente:

## 12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor Superintendente: (a) auxiliar diretamente o Diretor Presidente no exercício de suas funções, e substituí-lo em caso de impedimento, ou ausência temporária; e (b) superintender todas as atividades da Companhia, suas subsidiárias, e suas coligadas e à sua administração em geral.

### Diretores Executivos Adjuntos:

Compete aos Diretores Executivos Adjuntos: (a) praticar os atos normais necessários ao regular funcionamento da sociedade; (b) exercer as funções específicas que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração, que poderá, inclusive, atribuir denominações especiais para os respectivos cargos; e (c) colaborar com os Diretores Presidente e Superintendente no exercício de suas funções.

### **e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.**

O Conselho de Administração realiza anualmente uma avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva, inclusive do executivo principal, na qual são analisados aspectos como qualidade da gestão, liderança, posicionamento da empresa e outros.

## **12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

### **a) prazos de convocação**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, as nossas Assembleias Gerais serão convocadas mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação, que, no caso da Companhia, é o Valor Econômico ou Jornal da Tarde do Estado de São Paulo. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

### **b) competências**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

- (i) reformar o Estatuto Social;
- (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e conselheiros fiscais da companhia, ressalvado o disposto no inciso II do art. 142 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) suspender o exercício dos direitos do acionista;
- (vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (vii) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- (viii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e
- (ix) autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata.

### **c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Os documentos físicos estarão disponíveis na sede da Companhia, na Av. Pedroso de Morais, 1553, 3º Andar, Pinheiros, na cidade e Estado de São Paulo e os documentos eletrônicos no endereço eletrônico de relações com investidores da Companhia [www.cambuci.com.br/investidores](http://www.cambuci.com.br/investidores), e no endereço eletrônico da CVM na rede mundial de computadores [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e no endereço eletrônico da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

### **d) identificação e administração de conflitos de interesses:**

No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia da Assembleia Geral, referido acionista está vedado de proferir o seu voto. Não possuímos mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada, conforme necessário.

A deliberação tomada em decorrência de voto de acionistas que tenha interesse conflitante com a Companhia é anulável, respondendo referido acionista pelos danos causados à Companhia.

## **12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

Caso esse acionista tenha auferido vantagem indevida em decorrência de voto proferido em conflito de interesse, deverá transferir tal vantagem à Companhia.

### **e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A administração da Companhia nunca solicitou procurações aos acionistas para o exercício do direito de voto.

### **f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Não adotamos formalidades especiais para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, além das estabelecidas na legislação aplicável.

### **g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:**

Não mantemos fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

### **h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias**

Não adotamos, como regra, a transmissão ao vivo de vídeo e/ou áudio das assembleias.

### **i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:**

Não adotamos uma política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das nossas Assembleias Gerais.

**12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76**

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	28/03/2013
		Valor Econômico - SP	28/03/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	09/04/2013
			10/04/2013
			11/04/2013
		Valor Econômico - SP	09/04/2013
			10/04/2013
11/04/2013			
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	23/03/2012
		Valor Econômico - SP	23/03/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	23/03/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	04/04/2012
			05/04/2012
			06/04/2012
			25/04/2012
		Valor Econômico - SP	04/04/2012
			05/04/2012
	09/04/2012	25/04/2012	
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	12/06/2012
Valor Econômico - SP		12/06/2012	
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	26/03/2011
		Valor Econômico - SP	26/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	06/04/2011
			07/04/2011
			08/04/2011
		Valor Econômico - SP	06/04/2011
			07/04/2011
			08/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diario Oficial - SP	08/07/2011
		Valor Econômico - SP	10/07/2011



## **12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**

### **a) frequência das reuniões**

Nosso Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituível a qualquer tempo, acionista ou não, residentes no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Atualmente nosso Conselho de Administração é composto por 6 membros tecnicamente qualificados, com experiência multidisciplinar em finanças, contabilidade, mercado de varejo, administração de empresas, direito e gestão de pessoas.

O nosso Conselho de Administração reúne-se ordinariamente, quatro vezes por ano, a cada três meses e, extraordinariamente sempre que necessário, por solicitação de seu Presidente ou da maioria de seus membros em exercício, com antecedência mínima de 3 (três) dias. No entanto, desde 2001 o nosso Conselho de Administração tem se reunido mensalmente, tendo o seu calendário já fixado até 2014.

### **b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Não há acordos de acionistas atualmente vigentes, de forma que não há disposições acerca de qualquer restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

### **c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

Adotamos as formas de identificação e administração de conflitos de interesses dispostas na Lei das Sociedades por Ações, sendo que não possuímos regras específicas para a identificação e administração desses conflitos de interesses.

## **12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem**

Não há cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem no nosso Estatuto Social.

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
Givaldo Marinho da Silva Filho	49	Pertence apenas à Diretoria	29/04/2013	1 ano
293.365.034-72	Administrador e Contador	Diretor Financeiro	29/04/2013	Sim
Manuel Roberto Bravo Caldeira	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	1 ano
029.428.328-51	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	29/04/2013	Não
Eloy Gonçalves de Oliveira	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	1 ano
004.642.958-15	Adminstrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Sim
Getulio Ponce Dias	72	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	1 ano
003.577.740-00	Psicologo e Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Sim
Felipe Demori Claudino	37	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2013	1 ano
033.405.407-99	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2013	Não
ROBERTO ESTEFANO	62	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	1 ano
067.524.468-49	Administrador	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	29/04/2013	Sim
Atualmente é Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores				
Eduardo Estefano Filho	63	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2013	1 ano
067.527.138-04	Engenheiro Textil	Conselheiro Efetivo e Diretor Superintendente	29/04/2013	Sim
Miguel Maia Galvão	24	Conselho Fiscal	29/04/2013	1 ano
058.074.787-54	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
Renato Sobral Pires Chaves	47	Conselho Fiscal	29/04/2013	1 ano
764.238.837-34	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
Clovis Ailton Madeira	61	Conselho Fiscal	29/04/2013	1 ano

**12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal**

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>				
253.599.328-72	Administrador e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
Jose Roberto Pereira Rios	58	Conselho Fiscal	29/04/2013	1 ano
555.992.578-00	Administrador e Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
Mário Alberto de Lima Reis Coutinho	65	Conselho Fiscal	29/04/2013	1 ano
491.893.018-20	Engenheiro Textil	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim
Antonio Carlos Bonini Santos Pinto	54	Conselho Fiscal	29/04/2013	1 ano
026.230.088-50	Adminstrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	29/04/2013	Sim

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações**

Givaldo Marinho da Silva Filho - 293.365.034-72

Formação acadêmica: Formado em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Pernambuco – UNICAP e em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE e MBA em Finanças pelo IBMEC.

Experiência profissional: (i) Banco Banorte S/A – Escriturário (1980 a 1986), (ii) Agrofertil S/A – Auditor PL (1986 a 1988), (iii) CBA – Bom Preço S/A – Auditor Pleno (1988 a 1989) – Auditor Senior (1989 a 1990) – Analista Financeiro SR (1990-1991) – Chefe de Contas a Pagar (1991 a 1993) – Assessor de Gerencia Financeira (1994 a 1995) – Gerente Financeiro (1996 a 2001) – Diretor Financeiro, Crédito e Serviços Financeiros (1988 a 2004), (iv) Wal-Mart Brasil Ltda. (2004 a 2008), (v) CBA – Renosa Nordeste – Diretor Executivo (2009 a 2011), (v) Delfim Imagem Ltda. (2012 a 2013) – CFO e Diretor estatutário. além de 15 anos de experiência em cargos de Gestão no Varejo e Industrias de bens de consumo. Atualmente é o Diretor Financeiro da Cambuci S/A.

Manuel Roberto Bravo Caldeira - 029.428.328-51

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela FGV.

Experiência profissional: iniciou sua carreira no Banco Finasa de Investimentos, na função de gerente de análise. Em seguida, trabalhou no Banco Francês e Brasileiro como diretor de investimentos, sendo responsável pela montagem e gestão do departamento de mercado de capitais. Foi eleito em 1994 o melhor administrador de fundos pela revista Exame. Posteriormente foi sócio da Linear Investimentos, onde captou cerca de US\$ 200 milhões no prazo de 6 meses para o fundo por ele gerido. Prosseguiu sua carreira como consultor de gestão profissionalizada de empresas no ramo de alimentação, agropecuário, usinas de açúcar e investimentos. Atualmente é sócio proprietário da Iguana Investimentos Ltda. e membro do Conselho de Administração da Cambuci S/A.

Eloy Gonçalves de Oliveira - 004.642.958-15

Formação acadêmica:Administração de Empresas e Especialização em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

Experiência profissional: Henkel Ltda – Membro do Conselho de Supervisão.

Cambuci S/A – Penalty – Vice Presidente do Conselho de Administração.

Empowerment Ltda. – Diretor.

Credencial Corretora de Seguros Ltda. – Diretor.

Getulio Ponce Dias - 003.577.740-00

Formação acadêmica: - Pós graduado em Administração Internacional pela FIA, pós graduado em Dinâmica de Grupo pela SPRGS, graduado em Psicologia, pela PUC-RS e Direito pela UNIP.

Experiência profissional: iniciou suas atividades na Agência de Navegação e

importadora Wigg S/A. Em sequência trabalhou na importadora Motobrás S/A; na fábrica Refinoil Ltda; Banco da Lavoura de Minas Gerais e Banco do Brasil. Posteriormente foi sócio em Chapiro Internacional Ltda.; Gepi Editora Ltda; Tekowam Consultoria Empresarial Ltda e Ponce & Associados Ltda. Nessas empresas desenvolveu diversas funções nas áreas administrativa, contábil, financeira e comercial, chegando a Gerente e Diretor em alguns casos e como consultor trabalhou para Empresas como NORTON (abrasivos); CESP, EMBRATEL, MBR, CTC, LÓGOS, ESTRELA VIDROS, Grupo GD, TRAPICHE, dentre dezenas de outras.

---

Felipe Demori Claudino - 033.405.407-99

Formação acadêmica: Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e MBA pela PUC do Rio de Janeiro.

Sócio fundador da Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda., co-responsável pelas operações de Private Equity, analista de governança corporativa e Diretor responsável pela área jurídica e de compliance, integrou a equipe de private equity da Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda. Foi membro da equipe de Fusões e Aquisições dos escritórios Veirano Advogados (2003-2007) e Barbosa Mussnich & Aragão Advogados (2001- 2003). Foi associado do grupo de Mercado de Capitais do Sherman & Sterling LLP (1998-1999) e advogado da Aracruz Celulose S.A. (1996-1998 e 2000- 2001). Foi membro do conselho de administração da Cambuci S.A. (2007-2008) e do Casa Show S.A (2008-2010).

---

ROBERTO ESTEFANO - 067.524.468-49

Formação acadêmica: Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em Marketing - Fundação Getúlio Vargas.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Em 1970 passou a ocupar o cargo de diretor presidente. Atualmente é Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Cambuci. É Membro da Abriesp – Associação Brasileira da Indústria do Esporte. Foi presidente da ABIAE - Associação Brasileira de Industriais de Artigos de Esporte. Foi membro da MOVE – Associação Brasileira de Artigos Esportivos e do Board da World Federation Of The Sporting Goods Industry.

---

Eduardo Estefano Filho - 067.527.138-04

Formação acadêmica: Engenharia Mecânica Industrial Textil pela FEI, Pós Graduação em Administração pela GV.

Experiência profissional: iniciou suas atividades em 1968 na Cambuci. Em 1970 passou a ocupar o cargo de diretor Superintendente. Atualmente é Diretor Superintendente e membro do Conselho de Administração da Cambuci. É Membro da AISAM – Associação das Indústrias de São Roque, Araçariguama, Alumínio e Mairinque.

---

Miguel Maia Galvão - 058.074.787-54

Formação Acadêmica: economia pelo IBMEC-RJ

Experiência profissional: faz parte da equipe de análise da Leblon Equities. Começou em 2009 como estagiário e foi efetivado como analista em Janeiro de 2011. atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Cambuci S/A

---

Renato Sobral Pires Chaves - 764.238.837-34

Formação acadêmica: mestre em Ciências Contábeis pela UFRJ, com certificações pelo IBGC (conselheiro fiscal e de administração) e ICSS (profissional de investimentos em entidades de previdência fechada), além de possuir registro de administrador de carteiras de valores mobiliários perante a CVM.

Experiência profissional: Atuou em vários conselhos de administração e fiscal de empresas de capital aberto, como Neoenergia, Coelba, Celpe, Cosern, Springs e Coteminas, é autor de diversos artigos sobre governança corporativa e livros (sempre em co-autoria). Trabalhou na área de participações acionárias do Banco do Brasil e foi diretor de participações da Previ (maior fundo de pensão da América Latina) entre 2003 e 2008, tendo sob gestão mais de 80 participações acionárias relevantes e uma carteira imobiliária composta por imóveis comerciais para renda (mais de 300 contratos) e hotéis, hospitais e galpões industriais. Desenvolve também atividades docentes nas principais escolas de negócios do País. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Cambuci S/A.

---

Clovis Ailton Madeira - 253.599.328-72

Formação acadêmica: Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior São Caetano do Sul e Ciências Contábeis pela Faculdade São Judas.

Experiência Profissional: Socio Diretor da Directa Auditores. Atualmente membro suplente do conselho fiscal da Cambuci S/A.

---

Jose Roberto Pereira Rios - 555.992.578-00

Formação acadêmica: Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela UNISO – Universidade de Sorocaba

Experiência profissional: exerceu atividades como contador da empresa Ras Reviri Empresa de Contabilidade e Computação Ltda. Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da Cambuci S/A.

---

Mário Alberto de Lima Reis Coutinho - 491.893.018-20

Formação Acadêmica: Engenheiro Industrial Mecânico Textil - Fac Engenharia Industrial - FEI - Engo Segurança do Trabalho - Fac Saude Publica - USP

Experiência Profissional : Cia. Brasileira de Fiação ( Grupo Giorgi ) - Engenheiro de Produção, Textita - Cia Textil Tangará ( Grupo Giorgi ) - Diretor Industrial, Sperb do Nordeste ( Grupo Giorgi ) - Diretor Industrial, Grupo Giorgi - Diretor de Compras Algodão, Metasul Corretora de Mercadorias - Procurador e Corretor de Algodão.

---

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto - 026.230.088-50

Formação Acadêmica : Ciências Contábeis e Ciências Administrativas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas- PUCAMP

Experiência Profissional : Iniciou sua carreira na Directa Auditores, empresa de prestação de serviços de auditoria externa, como estagiário da área de auditoria, na qual permanece até o momento como um de seus sócios.

## **12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Atualmente, não temos comitês instalados.

**12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ROBERTO ESTEFANO	067.524.468-49	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente e Diretor de Relação Com Investidores				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Alexandre Estefano	255.573.308-60	Cambuci S/A	61.088.894/0001-08	
Diretor de Relações Internacionais				
<u>Observação</u>				

---



**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2011**Administrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho  
Conselheiro Efetivo e Diretor Superintendente

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

ERA SPORTS LTDA.  
Administrador

00.011.241/0001-36

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho  
Conselheiro Efetivo e Diretor Superintendente

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Impar Sports Indústria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.  
Administrador

04.504.429/0001-77

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eduardo Estefano Filho  
Conselheiro Efetivo e Diretor Superintendente

067.527.138-04

Controle

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Cambuci Importadora Ltda.  
Administrador

00.734.109/0001-52

ObservaçãoAdministrador do Emissor

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

<b>Identificação</b> <b>Cargo/Função</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
Eduardo Estefano Filho Conselheiro Efetivo e Diretor Superintendente	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Penalty Argentina S/A. Administrador	61.088.894/0001-08		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Eduardo Estefano Filho Conselheiro Efetivo e Diretor Superintendente	067.527.138-04	Controle	Controlada Direta
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Impar Paraguay S/A. Administrador	61.088.894/0008-84		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> Eduardo Estefano Filho Conselheiro Efetivo e Diretor Superintendente	067.527.138-04	Controle	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b> Três Marias Incorporações e Construções Ltda. Socio Quotista e Administrador	50.918.622/0001-71		
<b><u>Observação</u></b>			
<hr/>			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b> ROBERTO ESTEFANO Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores	067.524.468-49	Controle	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			

**12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Três Marias Incorporações e Construções Ltda.	50.918.622/0001-71		
Socio Quotista			
<b>Observação</b>			

**12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores**

Não há quaisquer acordos, inclusive apólices de seguros para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores.

## **12.12 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

### **a) objetivos da política ou prática de remuneração**

Nossa política de remuneração para nossos diretores estatutários e membros do nosso Conselho de Administração tem como objetivo atração e retenção dos melhores talentos, que estejam engajados na continuidade e expansão dos nossos negócios.

Acreditamos que uma administração profissional composta por executivos de alto nível apresenta um diferencial competitivo que impacta positivamente no retorno dos nossos negócios.

### **b) composição da remuneração, inclusive:**

#### **(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

##### **Conselho de Administração**

Os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus apenas à honorários fixos, independente do número de convocações. Em razão da nossa situação financeira, os membros do nosso Conselho de Administração renunciaram aos seus honorários fixos nos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

##### **Diretoria Estatutária**

Os membros da nossa Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa e uma remuneração variável através de bônus anual, além de benefícios indiretos.

##### **Conselho Fiscal**

Os membros efetivos de nosso do Conselho Fiscal fazem jus, a título de honorários, de uma quantia fixa mensal mínima correspondente a 10% (dez por cento) da remuneração dos nossos diretores estatutários.

##### **Comitês**

Não possuímos Comitês instalados.

#### **(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

##### **Diretoria Estatutária**

50% (cinquenta por cento) da remuneração da nossa Diretoria Estatutária corresponde aos honorários fixos e mensais, 25% (vinte e cinco por cento) ao bônus anual e 25% (vinte e cinco por cento) aos benefícios indiretos.

##### **Conselho de Administração e Conselho Fiscal**

### **13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

100% (cem por cento) da remuneração dos membros efetivos de Conselho de Administração e do Conselho Fiscal correspondem aos honorários fixos mensais a que fazem jus.

#### **(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

##### **Diretoria Estatutária**

Para definição dos valores de remuneração, correção salarial e benefícios pagos por nós à nossa Diretoria Estatutária utilizamos os índices divulgados pelos órgãos oficiais e os índices de *performance* individuais.

##### **Conselhos de Administração e Fiscal**

Para a definição dos valores de remuneração dos membros efetivos do nosso Conselho de Administração, o cálculo e reajustes estão atrelados às práticas de mercado e, para os membros do Conselho Fiscal, respeitamos os limites mínimos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

#### **(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração visa o recrutamento e a retenção de profissionais qualificados e adequados às nossas necessidades, interessados no aumento da nossa lucratividade. A remuneração da nossa Diretoria Estatutária está vinculada à obtenção de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores e dos acionistas.

#### **c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. A remuneração variável dos nossos Diretores Estatutários está vinculada: (i) aos indicadores de desempenho financeiros da Companhia; e (ii) aos indicadores de *performance* coletiva e individual

#### **d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidos os indicadores de desempenho financeiro da Companhia e de *performance* coletiva e individual, que servem de base para fins de cálculo da parcela da remuneração variável dos nossos Diretores Executivos.

#### **e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo**

O formato da nossa remuneração acima descrito procura incentivar os nossos administradores a buscar a melhor rentabilidade para os nossos negócios, de

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

tal maneira a alinhar os interesses destes com os nossos.

Mediante a utilização de indicadores de desempenho financeiro e de *performance* coletivo e individual, a nossa política de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

Os indicadores de desempenho financeiro escolhidos para determinar os níveis de remuneração da nossa Diretoria Estatutária são os mesmos que definem os níveis de remuneração dos próprios acionistas assegurando, assim, alinhamento entre os interesses das partes.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Não há.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Não há.



**13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	7,00	3,00	16,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	1.741.413,44	61.239,75	1.802.653,19
Benefícios direto e indireto	0,00	223.237,84	2.624,12	225.861,96
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	127.374,00	0,00	127.374,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	
Total da remuneração	0,00	2.092.025,28	63.863,87	2.155.889,15

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	3,75	3,00	12,75
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	210.416,93	53.600,58	264.017,51
Benefícios direto e indireto	0,00	110.734,88	2.463,96	113.198,84
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	
<b>Total da remuneração</b>	0,00	321.151,81	56.064,54	377.216,35

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,00	5,70	3,00	14,70
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	199.333,62	50.559,06	249.892,68
Benefícios direto e indireto	0,00	85.566,09	3.577,68	89.143,77
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	
<b>Total da remuneração</b>	0,00	284.899,71	54.136,74	339.036,45

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,70	3,00	12,70
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	180.185,76	47.660,01	227.845,77
Benefícios direto e indireto	0,00	9.110,72	0,00	9.110,72
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações</b>	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Observação</b>	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de cada órgão apurado mensalmente. Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrados ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.	
Total da remuneração	0,00	189.296,48	47.660,01	236.956,49

### 13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A nossa política de remuneração não contempla programas de remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A tabela a seguir corresponde à remuneração variável da nossa Diretoria Estatutária, a título de bônus:

#### Diretoria estatutária

Ano	Número de membros	Bônus – valor mínimo (em R\$ mil)	Bônus – valor máximo (em R\$ mil)	Bônus – valor previsto (em R\$ mil)	Bônus – valor pago (em R\$ mil)
2009	4,7	6.681,60	51.181,21	28.931,40	15.019,52
2010	6	7.041,07	53.934,75	30.487,91	-
2011	5,7	8.071,39	61.826,86	34.949,12	-
2012	4	21.228,99	127.374,00	74.301,58	-
2013	7	19.136,41	114.818,47	57.409,23	

(1) O número de membros da Diretoria apresentado na tabela acima corresponde à média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, para cada exercício social encerrado em 31 de dezembro dos anos indicados.

(2) Os membros do nosso Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável.

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária****a) termos e condições gerais**

Não aplicável.

**b) principais objetivos do plano**

Não aplicável.

**c) forma como plano contribui para esses objetivos**

Não aplicável.

**d) como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

Não aplicável.

**e) como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

Não aplicável.

**f) número máximo de ações abrangidas**

Não aplicável.

**g) número máximo de opções a serem outorgadas**

Não aplicável.

**h) condições de aquisição de ações**

Não aplicável.

**i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Não aplicável.

**j) critérios para fixação do prazo de exercício**

Não aplicável.

**k) forma de liquidação**

Não aplicável.

**l) restrições às transferências das ações**

Não aplicável.

### **13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

**m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

Não aplicável.

**n) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável.

### 13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Empresa	Conselho administração**		Diretoria		Conselho fiscal	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Cambuci S/A	4.659.900	8.094.916	-	362.464	-	-
Era Sports Artigos Esportivos Ltda*	2				-	-
Impar Sports Ind.Com. Artigos Esp. Ltda*	20.000	-		-	-	-
Impar Paraguay S/A	1	-		-	-	-
Cambuci Importadora Ltda*	2	-		-	-	-
Três Marias Inc. e Const. Ltda	4.674.684					

\* Empresa por cota

(1) Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na diretoria.



**13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável.

**13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

Não aplicável.

**13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável.

**13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

**a) modelo de precificação**

Não aplicável.

**b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Não aplicável.

**c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado**

Não aplicável.

**d) forma de determinação da volatilidade esperada**

Não aplicável.

**e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

### **13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do nosso Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

**13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
<b>Nº de membros</b>	3,75	5,70	4,70	6,00	6,00	5,00	3,00	3,00	3,00
<b>Valor da maior remuneração(Reais)</b>	129.583,23	55.660,97	67.174,48	0,00	0,00	0,00	17.866,86	16.853,02	15.886,67
<b>Valor da menor remuneração(Reais)</b>	19.693,34	17.168,91	16.135,02	0,00	0,00	0,00	17.866,86	16.853,02	15.886,67
<b>Valor médio da remuneração(Reais)</b>	52.604,23	39.866,72	41.654,75	0,00	0,00	0,00	17.866,86	16.853,02	158.866,87

**Observação****Diretoria Estatutária****Conselho de Administração**

**31/12/2012** Os membros do Conselho de Administração renunciaram a reumeração a que fariam jus.

**31/12/2011** Os membros do Conselho de Administração renunciaram a reumeração a que fariam jus.

**31/12/2010** Os membros do Conselho de Administração renunciaram a reumeração a que fariam jus.

**Conselho Fiscal**

**13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

Não aplicável.

**13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
2010	0%	19%	0%
2011	0%	19%	0%
2012	0%	19%	0%



**13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não há valores reconhecidos no nosso resultado como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração, de nossos diretores estatutários e de nosso Conselho Fiscal, nos 3 últimos exercícios sociais, como remuneração, por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**

Não há valores reconhecidos no resultado de nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de nossas controladas, como remuneração de membros do nosso Conselho de Administração ou de nossos diretores estatutários nos últimos 3 exercícios sociais.

### **13.16 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## 14.1 - Descrição dos recursos humanos

### a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2012, o nosso quadro de colaboradores era composto por cerca de 2.200 empregados diretos.

A tabela abaixo apresenta o número de nossos colaboradores para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, bem como o número de colaboradores por funções:

Regiões	2012	2011	2010
Paraíba	840	1.055	1.327
Bahia	1.122	1.128	1.355
São Paulo	248	247	229

A tabela abaixo apresenta nosso quadro de colaboradores por localização geográfica de nossos complexos industriais, nos períodos indicados:

Funções	2012	2011	2010
Operacional	1.645	1.855	2.263
Administrativo	525	537	612
Gerencial	40	38	36

### b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada por localização geográfica)

Nossos quadros de terceirizados, distribuídos por atividade desempenhada em nossas localizações, nos períodos indicados, eram compostos conforme apresentado na tabela abaixo:

Terceiros	2012	2011	2010
	47	64	64

### c) índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Companhia foi de aproximadamente 33,61%, 42,90% e 34,21% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

### d) exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Atualmente terceirizamos uma parcela mínima de nossa mão-de-obra. Respondemos, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para nosso atendimento.

Adicionalmente, a eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

## **14.1 - Descrição dos recursos humanos**

Em 31 de dezembro de 2012, figurávamos no pólo passivo de aproximadamente 300 ações trabalhistas, em sua maioria ajuizadas por ex-empregados, no valor total reclamado de R\$1.753.696,69 Para mais informações sobre a exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas, veja os itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 deste Formulário.

## **14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos**

Não há alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### a) política de salários e remuneração variável

Nossa atual Política de Administração de Cargos e Salários (“Política”) tem por objetivo reconhecer a capacitação profissional e o desempenho dos nossos funcionários. O desenvolvimento técnico-profissional do funcionário e sua contribuição efetiva para os nossos resultados serão os indicadores utilizados para esse reconhecimento.

A administração de cargos e salários será feita considerando: (i) a relatividade interna: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função; (ii) a situação de mercado: os salários serão estabelecidos conforme os padrões de mercado para cargos com responsabilidades semelhantes; e (iii) o equilíbrio orçamentário da Companhia: a política salarial levará em conta o desempenho da Companhia e seus resultados.

Nossa Política é aplicada segundo as seguintes premissas:

### I - Normas e Procedimentos de Funcionamento do Sistema de Administração de Cargos e Salários

Os salários serão administrados dentro das faixas salariais de cada Classe de cargos. A determinação dos salários individuais será feita conforme as seguintes normas e procedimentos:

#### 1. Salário de Admissão

Todo funcionário deve ser admitido preferencialmente com salário no início da faixa salarial estabelecida para o seu cargo. Excepcionalmente, o salário de admissão pode ser estabelecido acima desse limite, em função do grau de qualificação e experiência exigidas do candidato, ou por contingência de mercado.

#### 2. Salário Para um Novo Cargo

Para se definir a faixa salarial de um novo cargo, este deverá passar pelo processo de Avaliação e Classificação, conduzido pela área de Recursos Humanos, com base nas atribuições do novo cargo.

#### 3. Alterações Salariais

O Sistema de Administração de Cargos e Salários prevê as seguintes situações que poderão gerar alterações salariais:

- Fim do período de experiência
- Promoção Vertical (promoção para um cargo maior)
- Promoção Horizontal (aumento de salário por merecimento, no mesmo cargo)
- Transferência para outro cargo

## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Ajustes de mercado
- Reclassificação do cargo

### 3.1. Salário Após o Período de Experiência

Em casos específicos, em que o funcionário tenha sido contratado com a condição de ter um reajuste após o período de experiência, o salário do funcionário será reajustado para o nível previamente acertado na contratação.

### 3.2. Promoção Vertical

Os aumentos por promoção vertical são concedidos aos funcionários que passam a ocupar cargos incluídos numa Classe superior à Classe atual do cargo, dentro da estrutura de cargos e salários.

A promoção vertical está vinculada à existência de vaga no quadro de funcionários (caso de Auxiliares, Assistentes, Analistas, por exemplo), ou poderá ocorrer em função da necessidade de preenchimento de uma vaga em aberto (caso de Encarregados, Supervisores, Gerentes, por exemplo).

Os candidatos a uma promoção vertical deverão passar por um processo de avaliação conduzido pela área de Recursos Humanos.

São duas as modalidades de promoção vertical:

#### 3.2.1. Promoção Vertical na Mesma Carreira Específica (de Operador de Máquina para Encarregado de Produção, por exemplo)

O salário é alterado para se enquadrar na Classe do novo cargo. Na maioria das vezes, o aumento deveria se situar entre 10% e 20% do salário atual.

Os aumentos decorrentes da promoção vertical podem ser concedidos em qualquer mês do ano, desde que o funcionário preencha os requisitos necessários à promoção.

Após uma promoção vertical na mesma carreira específica, deverá ser observado um período mínimo de um ano, antes de nova promoção vertical.

#### 3.2.2. Promoção Vertical Com Mudança de Carreira Específica (de Auxiliar Financeiro para Auxiliar de Compras, por exemplo)

Numa promoção vertical, o aumento recomendado situa-se entre 10% e 20% do salário atual, observado o posicionamento na faixa do novo cargo e a relatividade interna.

O aumento por promoção vertical, nesses casos, será efetivado 30 dias após a promoção. Nesse período será avaliada a adaptação do funcionário ao novo cargo. A promoção será efetivada com a aprovação da Gerência da área.

Caso o funcionário não se adapte ao novo cargo, a Gerência da área deverá comunicar com antecedência o fato à área de Recursos Humanos. Se for



### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

possível, o funcionário poderá retornar à sua área de origem ou ser transferido para uma função compatível com seu perfil profissional.

#### **3.3. Promoção Horizontal (aumento por mérito)**

O aumento por promoção horizontal pode ser concedido ao funcionário que apresentar desempenho que o destaque significativamente dos demais ocupantes do mesmo cargo ou dentro de uma equipe de trabalho.

É uma alteração do salário do funcionário dentro da Faixa Salarial da Classe correspondente ao seu cargo.

Os aumentos decorrentes da promoção horizontal podem ser concedidos em qualquer mês do ano e devem se ajustar ao orçamento definido para essa finalidade. Um funcionário só pode receber nova promoção horizontal após o período mínimo de um ano.

Quando o cargo pertencer a uma carreira específica, como auxiliares, assistentes e analistas, o funcionário só poderá ser promovido verticalmente 6 meses após receber uma promoção horizontal, desde que preencha os requisitos necessários.

Os Gerentes e Coordenadores são responsáveis pela administração do orçamento para promoções horizontais. Portanto, deverão definir o percentual de aumento individual a ser concedido em cada caso.

O percentual recomendado para os casos de promoção horizontal varia entre 5% e 8%. Em casos de desempenho destacado este percentual poderá chegar a 14%. É recomendado analisar com cuidado cada promoção horizontal, visando a evitar a criação de problemas de relatividade interna posteriormente.

#### **3.4. Transferência de cargo**

Ocorre uma transferência quando o funcionário passa a ocupar um cargo em outra área. Por exemplo, um Assistente que é transferido da área industrial para a área administrativa.

Uma transferência geralmente não significa que o funcionário receberá um aumento de salário.

Se a transferência for para um cargo de uma classe superior à classe do cargo atual, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção vertical.

Se a transferência for para um cargo da mesma classe, e for necessário um aumento de salário para um melhor posicionamento do salário do funcionário na faixa salarial, serão aplicadas as mesmas regras definidas para os casos de promoção horizontal.

## **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

### **3.5. Reclassificação do cargo**

Ocorre um reajuste salarial por reclassificação quando um cargo recebe atribuições adicionais, de maior complexidade e responsabilidade e que exijam maior conhecimento do que as atribuições atuais, justificando uma reclassificação do cargo para uma classe mais alta na estrutura de cargos.

### **3.6. Ajustes de mercado**

São alterações salariais com o objetivo de alinhar o salário do cargo com os padrões de mercado, constatados por meio de pesquisa de remuneração realizada pela área de RH.

O ajuste de mercado pode ocorrer como consequência de um reajuste nas tabelas salariais para alinhamento com o mercado, ou apenas para alinhar os salários de determinados cargos.

## **4. Avaliação para promoção**

O funcionário indicado para uma promoção vertical ou horizontal deverá ser avaliado pelos seus superiores hierárquicos, em itens relacionados com o desempenho e comportamento do funcionário nos últimos 12 meses.

O processo de análise para efetivação da promoção só terá seguimento se o funcionário receber uma avaliação de seus superiores que justifique a promoção.

A avaliação será feita pelo superior imediato, no nível mínimo de Supervisor, com a revisão e aprovação pelo Coordenador e pelo Gerente da área.

O candidato a uma promoção será avaliado pelos seus superiores hierárquicos com base em pelo menos 10 fatores que possam representar fielmente o seu desempenho e comportamento. Os fatores de avaliação serão definidos pela área de Recursos Humanos em conjunto com o Coordenador e o Gerente da área do avaliado. Poderão ser utilizados, entre outros, fatores como os seguintes:

### **Disciplina**

Como o funcionário procedeu nos últimos 12 meses em relação às normas disciplinares da empresa. (a área de Recursos Humanos também participará da avaliação neste item).

### **Assiduidade**

Número de faltas não justificadas nos últimos 12 meses. (Esta informação será fornecida pela área de Recursos Humanos).

### **Pontualidade**

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

Número de atrasos não justificados nos últimos 12 meses. (Esta informação será fornecida pela área de Recursos Humanos).

#### **Colaboração com a equipe, superiores e colegas de trabalho**

Iniciativa do funcionário para colaborar em situações como: substituição de emergência para cobrir falta de outro colega; execução de trabalhos fora da sua rotina normal.

#### **Disponibilidade**

Disponibilidade do funcionário para trabalhar em horários especiais, tais como: mudança de turno por necessidade do trabalho, trabalho em fins de semana ou em situações de emergência, realização de horas extras etc.

#### **Qualidade do trabalho realizado**

Qualidade do trabalho medido pela qualidade do produto ou resultado dos processos sob sua responsabilidade. Número de ocorrências que indiquem a atenção e concentração do funcionário em seu trabalho.

#### **Responsabilidade**

Responsabilidade demonstrada na execução das tarefas; antecipação de possíveis problemas; iniciativa para fazer o que for necessário antes que o superior determine.

#### **Apresentação pessoal**

Forma como o funcionário costuma se apresentar ao trabalho, em termos de roupa, limpeza e higiene pessoal.

#### **Conhecimento da Função**

Grau de domínio que o funcionário tem da função que exerce, demonstrado na prática do dia-a-dia.

#### **Desenvolvimento Técnico-Profissional**

Como o funcionário se saiu nos treinamentos patrocinados pela empresa; quais as iniciativas do funcionário para aprender coisas novas; interesse do funcionário no seu próprio desenvolvimento profissional.

#### **Entendimento e aceitação de mudanças**

Capacidade de discernimento do funcionário para entender e acatar as mudanças introduzidas pela empresa no ambiente de trabalho.

#### **Comunicação**

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

Capacidade do funcionário de passar informações com clareza para seus superiores e colegas de trabalho.

#### **Organização**

Como o funcionário organiza seu ambiente de trabalho; como ele organiza seu dia de trabalho; como ele determina as prioridades e seqüência das tarefas.

#### **Liderança (para encarregados e acima)**

Como o funcionário exerce a liderança em seu grupo de trabalho. Como o funcionário envolve sua equipe na busca de melhor produtividade, qualidade. O que ele faz para incentivar sua equipe.

#### **Resolução de conflitos (para encarregados e acima)**

Forma como o funcionário resolve os conflitos em sua área e com outras pessoas fora de sua área. Habilidade para lidar com pessoas de pensamento e opiniões diferentes, numa situação de negociação.

### **5. Procedimentos para solicitação de uma promoção**

#### **5.1 Solicitação da Promoção (início do processo)**

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

#### **5.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante**

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Havendo concordância, instrui o solicitante a proceder à Avaliação do candidato à promoção. Não havendo concordância, comunica a solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

#### **5.3 Avaliação do funcionário**

O superior imediato do funcionário faz a avaliação prevista no item 4.1 destas Normas e Procedimentos de Administração de Cargos e Salários.

#### **5.4 Revisão da avaliação do funcionário**

O Gerente da área revisa e aprova a Avaliação feita pelo Solicitante. Se o resultado da revisão da avaliação for positivo, o Gerente envia a solicitação de promoção à área de Recursos Humanos para o prosseguimento das análises. Se o resultado da revisão da avaliação for desfavorável, o Gerente comunica o fato ao Coordenador ou Supervisor da área e encerra o processo.

#### **5.5 Análise pela área de Recursos Humanos**

A área de Recursos Humanos fará uma avaliação para verificação do potencial

## **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

do funcionário e suas possibilidades de sucesso no novo cargo. Após essa avaliação, a área de Recursos Humanos encaminhará o processo para deliberação da Diretoria.

### **5.6 Aprovação da Diretoria**

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o resultado do processo ao Gerente e Coordenador da área interessada.

### **5.7 Efetivação da promoção**

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

## **6. Procedimentos para solicitação de uma transferência**

### **6.1 Solicitação da Transferência (início do processo)**

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao seu superior imediato para uma análise preliminar.

### **6.2 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante**

O superior imediato do solicitante manifesta sua concordância ou não com a solicitação. Se o superior imediato do solicitante concordar, encaminha o processo ao Gerente da área em que o funcionário trabalha, para liberação do funcionário e continuidade do processo. Se o superior imediato do solicitante não concordar, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

### **6.3 Aprovação pelo atual Gerente da área em que o funcionário trabalha**

O Gerente da área em que o funcionário trabalha deverá manifestar sua concordância ou não com a solicitação de transferência. Havendo concordância, informa ao solicitante, que poderá solicitar à área de Recursos Humanos para dar seguimento ao processo. Não havendo concordância, comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

### **6.4 Avaliação pela área de Recursos Humanos**

A área de Recursos Humanos procederá a uma avaliação do funcionário e das possibilidades de sua adaptação ao novo cargo. A seguir a área de recursos humanos submete o resultado da sua avaliação à deliberação da Diretoria.

### **6.5 Decisão da Diretoria**

Após a decisão da Diretoria, a área de Recursos Humanos comunica o

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

resultado do processo aos Gerentes das áreas envolvidas.

#### **6.6 Efetivação da transferência**

Se o candidato for aprovado, a área de Recursos Humanos tomará as providências necessárias para efetivação da promoção, dentro das regras definidas nestas Normas e Procedimentos.

A data da transferência do funcionário para a nova área deverá ser definida de comum acordo entre os Gerentes das áreas envolvidas.

### **7. Procedimentos para solicitação de criação de uma vaga ou posto de trabalho**

#### **7.1. Conceito de Vaga**

Considera-se como vaga em aberto um posto de trabalho que ficou vago em função da saída do funcionário que o ocupava.

Há também a possibilidade de criação de vaga em função de necessidade de aumento do quadro de pessoal.

#### **7.2 Solicitação de criação da vaga (início do processo)**

O solicitante (no nível mínimo de Encarregado) preenche o formulário específico e encaminha ao Gerente da área para uma análise preliminar.

#### **7.3 Aprovação preliminar pelo superior do solicitante**

O Gerente da área do solicitante manifesta sua concordância ou não com a criação da nova vaga. Havendo concordância do Gerente, este envia a solicitação para a área de Recursos Humanos para análise de viabilidade.

Não havendo concordância, o Gerente comunica ao solicitante as razões da negativa e encerra o processo.

#### **7.4 Análise pela área de Recursos Humanos**

A área de RH faz uma análise do atual quadro de funcionários da área solicitante e agrega outras informações relacionadas. Verifica a viabilidade orçamentária. Envia o processo à Diretoria para aprovação final.

#### **7.5 Aprovação pela Diretoria**

O processo é submetido à aprovação da Diretoria. A decisão final da Diretoria é encaminhada à área de Recursos Humanos, que comunica ao Gerente da área a autorização para criação da vaga.

### **8. Prazo Para Solicitação de Promoção e Transferência**

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

As solicitações de promoções (verticais e horizontais) e transferências deverão ser encaminhadas à área de Recursos Humanos até o dia 5 (cinco) de cada mês, para que possam ser processadas no mesmo mês. Caso o dia 5 (cinco) seja um fim-de-semana ou feriado, o prazo será estendido até o primeiro dia útil posterior. As solicitações encaminhadas após esta data serão atendidas no mês seguinte.

#### **9. Orçamento para Promoções**

Anualmente, como parte do processo orçamentário, serão definidos orçamentos para as promoções previstas para cada área.

Os aumentos salariais em função da efetivação das promoções verticais e horizontais devem ficar dentro do orçamento anual para essa finalidade.

A efetivação das solicitações de promoção dependerá da disponibilidade de verba orçamentária específica. Nessa fase de análise do processo, a Diretoria Administrativa dará seu parecer e aprovação para seguimento do processo.

#### **10. Programa de Estagiários**

##### **10.1. Regras de Funcionamento do Estágio**

O contrato será de no mínimo 6 meses, podendo ser renovado a cada 6 meses, enquanto o estagiário for estudante.

O horário de estágio será fixado em horário diferente do horário de estudo do estagiário e conveniência da área. Quando o estagiário for funcionário, o horário do estágio poderá coincidir com o seu horário de trabalho.

O estagiário que não tiver correspondendo às expectativas da área, terá seu contrato rescindido.

A Empresa poderá contratar o estagiário como funcionário, em cargo compatível com sua qualificação, quando o estudante concluir seu curso.

O estágio será supervisionado pelo gerente da área. A área de RH dará todo o suporte em termos de treinamento e acompanhamento à equipe de estagiários e *feedback* sobre o processo aos gerentes.

A Empresa concederá uma Bolsa de Aprendizagem para os candidatos externos.

##### **10.2. Critérios de Recrutamento de Estagiários**

O público-alvo para recrutamento de estagiários é constituído por:

a) Candidatos externos: estudantes que irão se formar em até dois anos e meio, no máximo, no caso de curso superior.

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

b) Candidatos internos: funcionários estudantes.

Os candidatos internos e externos passarão pelo mesmo processo seletivo. Serão indicados os que tiverem melhor potencial.

#### **10.3. Valor da Bolsa de Aprendizagem**

O valor da Bolsa de Aprendizagem será proporcional à carga horária do estagiário.

O estagiário terá como benefícios o vale transporte, seguro de vida e refeição (a depender de horário e local de trabalho).

A correção desses valores será feita quando houver alteração na Tabela Salarial.

### **11. Responsabilidades**

#### **11.1. Diretores**

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas. Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos.
- Dar aprovação final a todas as alterações salariais, promoções e movimentações de pessoal propostas, bem como a criação de novos cargos ou vagas.
- Aprovar ajustes de mercado.
- Aprovar alterações nas Políticas de Administração de Cargos e Salários.
- Analisar casos especiais não previstos nestas Normas e Procedimentos, decidindo sobre a melhor solução.

#### **11.2. Gerentes**

- Divulgar estas Normas e Procedimentos entre os funcionários de suas áreas.
- Assegurar o cumprimento destas Normas e Procedimentos em suas áreas.
- Controlar as propostas de promoções e alterações salariais, conforme critérios estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.
- Analisar e dar parecer sobre as alterações salariais solicitadas pelos supervisores.
- Propor alterações salariais para funcionários de suas áreas quando necessário.
- Propor a criação de novos cargos ou vagas, conforme a necessidade.

#### **11.3. Área de Recursos Humanos**

- Acompanhar as regras estabelecidas e assessorar todas as áreas quanto à melhor forma de conduzir os processos e procedimentos estabelecidos nestas Normas e Procedimentos.



## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### II - Conceitos e Terminologia

#### Descrição de Cargo

É o relato, de forma organizada, das atividades e responsabilidades de cada cargo existente na empresa.

#### Avaliação de Cargos

Processo de determinação da importância relativa de cada cargo dentro da estrutura organizacional, com base nos conhecimentos, complexidades e responsabilidades do cargo.

#### Classe

Designa um grupo de cargos com avaliação semelhante, que possuem a mesma Faixa Salarial.

#### Estrutura Salarial

É composta de Tabelas Salariais.

#### Faixa Salarial

A Faixa Salarial define os valores dos salários de cada Classe.

#### Amplitude da Faixa Salarial

É a distância percentual entre o início e o fim da Faixa Salarial.

Na Empresa a amplitude da Faixa Salarial é de 50%.

O Ponto Médio da Faixa Salarial corresponde ao valor da mediana de mercado, identificada através da Pesquisa Salarial.

O início da Faixa Salarial foi estabelecido em aproximadamente 18% abaixo do Ponto Médio (Ponto Médio dividido por 1,22, que é a raiz quadrada de 1,50).

O fim da Faixa Salarial foi estabelecido em 22% acima do Ponto Médio da Faixa Salarial.

#### Pesquisa Salarial

É a coleta, tabulação e análise de salários praticados pelo mercado.

#### Salário Fixo

Soma das parcelas fixas de natureza salarial pagas mensalmente, tais

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

como: salário, ajuda para aluguel, etc.

#### **Comissão**

Valores recebidos mensalmente, pela atividade de venda de produtos.

#### **Remuneração Variável**

Valor recebido em função do cumprimento de determinadas metas ou resultados, conforme definido em programa específico.

#### **Bônus**

Gratificação periódica ou esporádica, em função do desempenho ou contribuições únicas do funcionário para resultados.

#### **Prêmio**

Prêmio em mercadorias concedido pela obtenção de resultados específicos. Às vezes, o prêmio também denomina valores pagos em dinheiro, como no caso de campanhas de vendas.

#### **Remuneração Base**

É o salário fixo mensal.

#### **Remuneração Total em Dinheiro**

Soma da Remuneração Base mais a Remuneração Variável. A Remuneração Total em Dinheiro mensal é obtida somando-se a Remuneração Base mensal + 1/13 (um treze avos) do total da Remuneração Variável recebida no último ano.

#### **Enquadramento Salarial**

Elevação do salário do funcionário até um determinado nível da Faixa Salarial do seu cargo, observando uma avaliação do seu desempenho e desenvolvimento profissional.

#### **Política de Remuneração**

Conjunto de normas e critérios definidos pela empresa, para orientar sua administração salarial.

#### **Promoção Horizontal (Aumento por Mérito)**

Aumento de salário no mesmo cargo, como reconhecimento pelo desempenho ou desenvolvimento profissional do funcionário. Com uma promoção horizontal, o salário do funcionário avança na Faixa Salarial.

## 14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

### Promoção Vertical

Ocorre uma promoção vertical quando um funcionário passa a ocupar um cargo maior, dentro da estrutura de cargos da empresa, e seu salário passa a ser administrado dentro da faixa salarial do novo cargo.

### Carreira Funcional

Seqüência de cargos possíveis de serem ocupados por um profissional, numa escala ascendente pelos diversos níveis da estrutura organizacional, dentro de uma área funcional (Auxiliar, Assistente, Analista, Supervisor, Gerente, em áreas funcionais como Administração, Produção, Vendas, Marketing).

### Carreira Específica

Conjunto de cargos de uma mesma atividade, em função das crescentes exigências de conhecimentos e amadurecimento profissional (Auxiliar I, II e III, Analista Júnior, Pleno e Sênior, dentro de uma área funcional).

### b) política de benefícios

Nossos empregados são elegíveis a benefícios diversos, de acordo com o cargo, convenção/acordo coletivo ou por nossa liberalidade. Oferecemos aos nossos empregados os seguintes benefícios: (i) seguro de vida; (ii) assistência médica; (iii) vale-refeição; (iv) vale-transporte; (v) estacionamento; (vi) cesta básica; (vii) desconto em produtos na loja; (viii) auxílio educação.

Determinados benefícios elencados acima são oferecidos de acordo com a localidade e o nível hierárquico dos empregados, sendo que nem todos os nossos empregados fazem jus a todos os benefícios.

### c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

#### (i) grupo de beneficiários

Não aplicável

#### (ii) condições para exercício

Não aplicável

#### (iii) preço de exercício

Não aplicável

#### (iv) prazo de exercício

### **14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados**

Não aplicável

**(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano**

Não aplicável

**14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos**

Não há histórico de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho, sendo que entendemos que nosso relacionamento com todos os sindicatos dos trabalhadores é muito saudável.

Não somos filiados a nenhum sindicato patronal. No entanto somos associados à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção.- ABIT.

No Estado da Bahia celebramos acordos coletivos.

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>LEBLON PREVIDENCIA M</b>						
11.098.129/0001-09	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	25.900	0,110000%	25.900	0,070000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>ADVANCE LEBLON</b>						
11.514.588/0001-18	IRLANDESA	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	142.700	0,580000%	142.700	0,390000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>LEBLON EQUITIES HEDGE M FIA</b>						
10.346.050/0001-89	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	135.700	0,550000%	135.700	0,370000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>LEBLON AÇÕES MASTER FIA</b>						
10.346.018/0001-01	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	203.100	0,830000%	203.100	0,550000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>LEBLON EQUITIES PARTNERS FIA</b>						
10.309.567/0001-06	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	424.600	1,730000%	424.600	1,150000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>RIVALE REPRESENTAÇÕES</b>						
56.126.105/0001-46	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	2.244.520	9,150000%	2.244.520	6,070000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>MOINHO PACIFICO</b>						
60.854.189/0001-01	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	5.409.148	22,040000%	5.409.148	14,640000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>NEBLON INSTITUCIONAL MASTER FI EM AÇÕES</b>						
13.156.003/0001-60	BRASILEIRA-RJ	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	26.800	0,110000%	26.800	0,070000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>ATAULFO LCC</b>						
10.475.654/0001-25	AMERICANA	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	269.300	1,100000%	269.300	0,730000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>POSTO 12</b>						
10.428.442/0001-97	AMERICANA	Não	Não	21/03/2012		
	0	0,000000%	125.300	0,510000%	125.300	0,340000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>Juliana Vizintas Estefano</b>						
264.863.998-56		Não	Não			
	553.212	4,450000%	13.116	0,050000%	566.328	1,530000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>RENATO VIZINTAS ESTEFANO</b>						
224.254.218-40		Não	Não			
	553.212	4,450000%	13.116	0,050000%	566.328	1,530000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>Eduardo Estefano Filho</b>						
067.527.138-04		Não	Sim			
	2.334.684	18,800000%	3.555.237	14,490000%	5.889.921	15,940000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>TRÊS MARIAS INCORP. E CONTRUÇÕES LTDA</b>						
50.918.622/0001-71	BRASILEIRA-BA	Não	Sim	31/12/2010		
	4.674.864	37,640000%	0	0,000000%	4.674.864	12,650000%
<b>ROBERTO ESTEFANO</b>						
067.524.468-49	BRASILEIRO	Não	Sim			
	2.325.216	18,720000%	4.468.479	18,210000%	6.793.695	18,380000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				



## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>MARIA APARECIDA CALDERAN ESTEFANO</b>						
260.658.408-23	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
	0	0,000000%	424.248	1,730000%	424.248	1,150000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>LAWRENCE PIH</b>						
005.680.408-30	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
	0	0,000000%	142.900	0,580000%	142.900	0,390000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>MARA ELIANA CARLETTI ESTEFANO</b>						
405.312.798-04	BRASILEIRA-SP	Não	Não			
	0	0,000000%	736.568	3,000000%	736.568	1,990000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>SERGIO VIZINTAS STEFANO</b>						
184.658.288-14		Não	Não			
	553.212	4,450000%	13.116	0,050000%	566.328	1,530000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>SUELI VIZINTAS ESTEFANO</b>						
536.017.428-53		Não	Não			
	1.426.192	11,489936%	47.600	0,190000%	1.473.792	3,990000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
<b>Detalhamento por classes de ações (Unidades)</b>						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
<b>OUTROS</b>						
	0	0,000000%	6.117.704	24,938989%	6.117.704	16,539307%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
	8	0,000064%	248	0,001011%	256	0,000693%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
<b>TOTAL</b>	12.420.600	100,000000%	24.539.400	100,000000%	36.960.000	100,000000%
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0,000000%				
TOTAL	4.014.040	16,357531%				

## 15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>TRÊS MARIAS INCORP. E CONTRUÇÕES LTDA</b>				<b>50.918.622/0001-71</b>	
<b>Eduardo Estefano Filho</b>					
067.527.138-04	Brasileira-SP	Não	Sim		
1.381.332	50,000000	0	0,000000	1.381.332	50,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>OUTROS</b>					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
<b>ROBERTO ESTEFANO</b>					
067.524.468-49	Brasileira-SP	Não	Sim		
1.381.332	50,000000	0	0,000000	1.381.332	50,000000
<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000000			
<b>TOTAL</b>	<b>2.762.664</b>	<b>100,000000</b>	<b>0</b>	<b>0,000000</b>	<b>2.762.664</b>
				<b>2.762.664</b>	<b>100,000000</b>

**15.3 - Distribuição de capital**

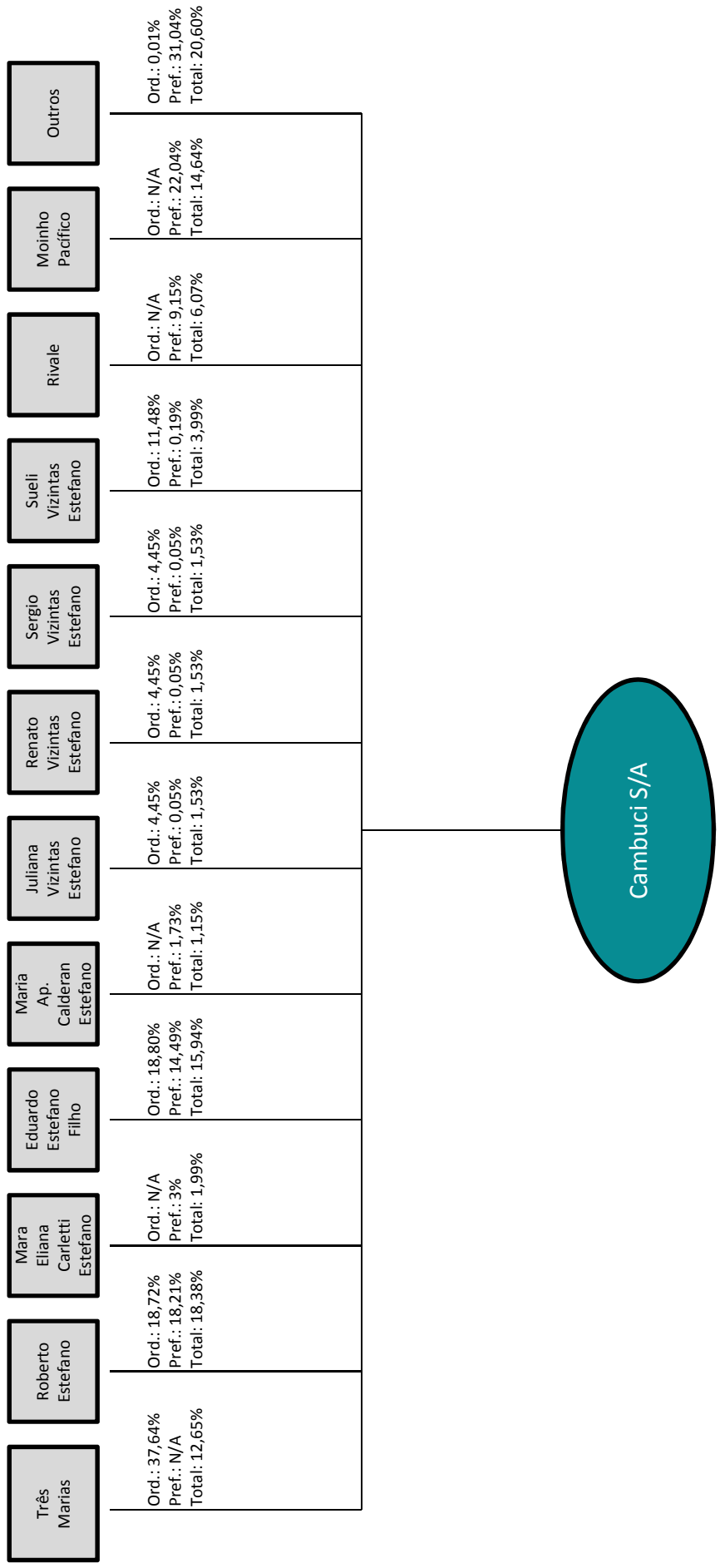
<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	29/04/2013
<b>Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)</b>	8
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais (Unidades)</b>	0

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias (Unidades)</b>	0	0,000000%
<b>Quantidade preferenciais (Unidades)</b>	15.196.472	62,000000%
<b>Total</b>	15.196.472	41,120000%

### 15.4 - Organograma dos acionistas



**15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte**

Não há acordos de acionista atualmente vigentes dos quais nossos Acionistas Controladores sejam parte ou que estejam agrupados na sede social da Companhia.

**15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor**

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais não houveram alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle, bem como dos administradores do emissor.

**15.7 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.



## **16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas**

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes.

Sobre os saldos a receber entre as partes relacionadas não constituímos provisão para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

É prática entre as partes relacionadas conceder entre si, avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários. As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os prazos de vencimento variam de 60 a 180 dias e não há incidência de encargos financeiros sobre essas transações.

Os saldos com as empresas ligadas, classificados em “Partes Relacionadas” são referentes a conta correntes operacionais entre as companhias do grupo.

Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação.

Nossos sócios controladores são avalistas e garantidores em determinadas operações de empréstimos e financiamentos realizadas pela Companhia.

Conforme previsto no nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração tem competência exclusiva para decidir sobre a contratação de empréstimos em moeda nacional e estrangeira no Brasil e no exterior, em valores iguais ou superiores a 20% do nosso capital social vigente na ocasião, por operação, ou abaixo deste valor, se reincidentes em um único trimestre, perante um mesmo contratante.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Penalty Chile S/A	09/10/2012	606.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de 606.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Penalty Chile S/A	31/12/2012	395.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2012 era de 1.135.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente às vendas de produtos acabados Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Chile S/A	31/12/2012	9.000,00	Não há.	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Penalty Chile S/A no exercício encerrado em 31/12/2012.							
Cambuci Importadora Ltda.	01/01/2007	1.500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de R\$ 567.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controlada							
<b>Objeto contrato</b>							
Mútuo							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não existem garantias e seguros relacionados.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Ativos por conta corrente.							
Cambuci Importadora Ltda.	01/01/2007	1.500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de R\$ 353.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controlada							
<b>Objeto contrato</b>							
Mútuo							
<b>Garantia e seguros</b>							
Não existem garantias e seguros relacionados.							
<b>Rescisão ou extinção</b>							
Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.							
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Ativos por conta corrente.							
Cambuci Importadora Ltda.	01/01/2007	1.500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de R\$ 301.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>							
Controlada							
<b>Objeto contrato</b>							
Mútuo							

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Penalty Ibéria S.L	31/12/2010	2.514.000,00	O saldo existente no contas a receber em 31/12/2010 era de 161.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e Venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente as vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Ibéria S.L no exercício social findo em 31/12/2010.						
Penalty Ibéria S.L	31/12/2011	1.314.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2011 era de 1.475.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia a Penalty Ibéria S.L no exercício findo em 31/12/2011.						
Penalty Iberia S.L	31/12/2012	1.010.000,00	Saldo no contas a receber clientes em 31/12/2012 era de 908.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados da Companhia à Penalty Ibéria S.L no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Iberia S.L	31/12/2012	323.000,00	O saldo existente no contas a pagar fornecedores em 31/12/2012 era de 84.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados da Companhia pela Penalty Ibéria S.L no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Ibéria S.L	04/12/2012	919.400,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de R\$ 919.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Era Sports Ltda.	01/01/2008	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2010 era de 56.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Era Sports Ltda.	01/01/2008	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de 56.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Era Sports Ltda.	01/01/2008	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de 61.000,00	Não é possível aferir.	10 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Impar Paraguay S/A.	02/03/2009	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/10/2010 era de 92.000,00.	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Impar Paraguay S/A.	02/03/2009	500.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de 204.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Paraguay S/A.	02/03/2009	500.000,00	O saldo existentes a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de 216.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Impar Paraguay S/A.	31/12/2010	0,00	O saldo no contas a receber clientes m 31/12/2010 era de 4.320.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Paraguay S/A no exercício findo em 31/12/2010.						
Impar Paraguay S/A.	31/12/2010	0,00	O saldo existentes no contas a pagar fornecedores em 31/12/2010 era de 390.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						



**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente compras de produtos acabados e matéria prima da Companhia à Impar Paraguay no exercício findo em 31/12/2010.						
Impar Paraguay S/A	31/12/2011	1.248.000,00	O saldo no contas a a receber clientes em 31/12/2011 era de 5.568.00,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabadas da Companhia à Impar Paraguay S/A. no exercício findo em 31/12/2011.						
Impar Paraguay S/A.	31/12/2011	0,00	O saldo existente no conta a pagar fornecedores em 31/12/2011 era de 390.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados e matéria prima da Companhia à Impar Paraguay S/A. no exercício findo em 31/12/2011.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Impar Paraguay S/A	31/12/2012	1.684.000,00	O saldo existente no contas a receber clientes em 31/12/2012 era de 1.561.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Paraguay no exercício findo em 31/12/2012.						
Impar Paraguay S/A.	31/12/2011	13.227.000,00	O saldo existente no contas a pagar fornecedores em 31/12/2012 era de 4.112.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados e matéria prima pela Companhia à Impar Paraguay no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Argentina S/A.	01/01/2010	3.641.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2010 era de 3.641.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2010	11.091.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2010 era de 5.460.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2010.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2011	5.798.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2011 era de 7.613.000,00.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina S/A no exercício findo em 31/12/2011.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2011	1.444.000,00	Não há.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina S/A. no exercício findo em 31/12/2011.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2012	3.388.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2012 era de 8.465.000,00.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Argentina S/A.	31/12/2012	996.000,00	Não há.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Penalty Argentina no exercício findo em 31/12/2012.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	01/01/2009	40.000.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2010 era de 6.284.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	01/01/2009	40.000.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2011 era de 15.140.000,00	Não é possível aferir.	05 anos	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedência de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	01/01/2009	40.000.000,00	O saldo existente a receber no ativo não circulante em 31/12/2012 era de 31.272.000,00	Não é possível aferir.	05 anos.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Mútuo						
<b>Garantia e seguros</b>	Não existem garantias e seguros relacionados						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Pode ser rescindido a qualquer tempo, mediante carta ou notificação extrajudicial efetuada com antecedencia de 05 dias.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Ativos por conta corrente.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido (Reais)</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante (Reais)</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2010	6.764.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2010 era de 3.520.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2010.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2011	3.536.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2011 era de 4.217.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2011.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	6.817.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2012 era de 4.369.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a vendas de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2012.						
Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda.	31/12/2012	322.000,00	O saldo existente no contas a pagar fornecedor em 31/12/2012 era de 322.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia à Impar Sports Industria e Comércio de Materiais Esportivos Ltda. no exercício findo em 31/12/2012.						
Penalty Chile S/A.	31/12/2010	1.414.000,00	O saldo existente no contas a receber clientes em 31/12/2010 era de 720.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente as vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2010.						
Penalty Chile S/A.	31/12/2011	739.000,00	O saldo no contas a receber clientes em 31/12/2011 era de 971.000,00	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000

**16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente as vendas de produtos acabados pela Companhia à Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2011.						
Penalty Chile S/A.	31/12/2011	99.000,00	Não há.	Não é possível aferir.	Indeterminado.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Compra e venda						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não há.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	O valor informado em montante envolvido no negócio é referente a compras de produtos acabados pela Companhia da Penalty Chile S/A no exercício findo em 31/12/2011.						



**16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado****a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflito de interesses**

Adotamos práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Havendo conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, nos termos da legislação em vigor, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, segundo a legislação brasileira, este está vedado em proferir o seu voto. Não possuímos nenhum mecanismo ou política de identificação e solução de conflitos de interesses além daqueles impostos por lei. Solucionaremos eventuais conflitos de interesses de maneira individualizada.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria deliberada é anulável e o acionista responde pelos danos causados devendo transferir à Companhia as vantagens que tiver auferido. Até a data base deste Formulário de Referência, não foi identificada qualquer situação que pudesse ser configurada como uma situação de conflito de interesses e, portanto, não foi necessária a tomada de qualquer atitude relacionada.

**b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Sempre observamos as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordo ou estabelecer relação comercial.

Entendemos que nossas transações com partes relacionadas são realizadas em caráter estritamente comutativo com pagamento compensatório adequado.

Nossa administração utiliza-se de critérios razoáveis para estabelecer as condições de nossas operações com partes relacionadas e os pagamentos compensatórios justos, sempre consultando todos os membros de nossa administração e atuais acionistas a respeito.

**17.1 - Informações sobre o capital social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Autorizado</b>				
05/01/1985	32.340.000,00		12.420.600	24.539.400	36.960.000
<b>Capital social por classe de ações</b>		Outros títulos conversíveis em ações			
<b>Classe de ação preferencial</b>	<b>Quantidade de ações (Unidades)</b>	<b>Título</b>	<b>Condições para conversão</b>		
Preferencial Classe A	24.539.400				

## **17.2 - Aumentos do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve aumento do nosso capital social nos últimos 3 exercícios sociais, nem no exercício corrente.

**17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
<b>Desdobramento</b>						
20/04/2010	3.105.150	6.134.850	9.240.000	12.420.600	24.539.400	36.960.000
	Capital social por classe espécie ações			Capital social por classe espécie ações		
	Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)		Classe ação preferencial	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	
		PNA	6.134.850		PNA	24.539.400

## **17.4 - Informações sobre reduções do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve aumento do nosso capital social nos últimos 3 exercícios sociais, nem no exercício corrente.

## **17.5 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima e demais itens deste Formulário de Referência.

## 18.1 - Direitos das ações

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	0,000000
<b>Direito a dividendos</b>	As ações preferenciais da Cambuci tem direito a serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no art. 254-A da Lei 6.404/76, assegurado o dividendo ao menos igual ao das ações ordinárias.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Sim
<b>Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social</b>	De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Cambuci, as ações ordinárias da Cambuci são conversíveis em ações preferenciais. A conversão de ação ordinária em preferencial poderá ser feita por solicitação do respectivo titular, desde que com a concordância da maioria dos demais acionistas ordinários em Assembléia Geral, e respeitado o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	Qualquer um de nossos acionistas dissidentes de determinadas deliberações tomadas em assembléia geral poderá retirar-se do nosso quadro de acionistas, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no Patrimônio Líquido Contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral, segundo os critérios de avaliação do Ativo e do Passivo fixado na Lei das Sociedades Anônimas. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata da assembléia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em assembléias gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) direito de votar nas assembléias gerais; e (vi) direito a retirar-se da companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. O estatuto social da Cambuci não estabelece condições específicas para alteração dos direitos assegurados por tal.
<b>Outras características relevantes</b>	Não existem outras características relevantes.

---

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Preferencial</b>
<b>Classe de ação preferencial</b>	Preferencial Classe A
<b>Tag along</b>	80,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Igual aos acionista com ações ordinarias, ou seja 25% dos dividendos minimos obrigatorio.
<b>Direito a voto</b>	Sem Direito
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Não
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não há.

## 18.1 - Direitos das ações

**Outras características  
relevantes**

Não há.

---



**18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto dos acionistas. Nosso Estatuto Social prevê que o não pagamento de dividendos por 3 (três) exercícios sociais consecutivos confere o direito de voto às ações preferenciais, que persistirá até a Assembleia Geral que determinar a distribuição de dividendos.

Não existem regras estatutárias que obriguem os acionistas a realizar a oferta pública, no entanto, nosso Estatuto Social prevê que as ações preferenciais, inconversíveis em ordinárias, gozarão do direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

**18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

**18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados****Exercício social 31/12/2012**

<b>Trimestre</b>	<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Espécie</b>	<b>Classe</b>	<b>Mercado</b>	<b>Entidade administrativa</b>	<b>Volume financeiro negociado (Reais)</b>	<b>Valor maior cotação (Reais)</b>	<b>Valor menor cotação (Reais)</b>	<b>Fator cotação</b>
31/03/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	953.860	2,90	2,38	R\$ por Unidade
30/06/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	282.074	2,64	1,71	R\$ por Unidade
30/09/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	202.751	1,80	1,55	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	597.684	2,28	1,70	R\$ por Unidade

**Exercício social 31/12/2011**

<b>Trimestre</b>	<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Espécie</b>	<b>Classe</b>	<b>Mercado</b>	<b>Entidade administrativa</b>	<b>Volume financeiro negociado (Reais)</b>	<b>Valor maior cotação (Reais)</b>	<b>Valor menor cotação (Reais)</b>	<b>Fator cotação</b>
31/03/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.087.258	3,81	2,99	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.374.242	3,05	2,37	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	839.066	3,19	2,43	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	781.246	3,30	2,50	R\$ por Unidade

**Exercício social 31/12/2010**

<b>Trimestre</b>	<b>Valor Mobiliário</b>	<b>Espécie</b>	<b>Classe</b>	<b>Mercado</b>	<b>Entidade administrativa</b>	<b>Volume financeiro negociado (Reais)</b>	<b>Valor maior cotação (Reais)</b>	<b>Valor menor cotação (Reais)</b>	<b>Fator cotação</b>
31/03/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.640.718	11,80	6,05	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.983.451	10,66	2,08	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.132.140	3,98	2,17	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.814.280	4,25	3,35	R\$ por Unidade

**18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Debêntures simples não conversíveis em ações
<b>Data de emissão</b>	01/08/1998
<b>Data de vencimento</b>	01/08/2001
<b>Quantidade (Unidades)</b>	3.000
<b>Valor total (Reais)</b>	3.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não
<b>Características dos valores mobiliários</b>	<p>Trata-se da emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com garantia fluante, emitidas em série única ("Emissão"). O Agente Fiduciário das Debêntures Simples é a Fair Corretora de Câmbio e Valores Ltda.</p> <p>As debêntures simples tem prazo de vencimento de 3 anos, contados da data de sua emissão.</p> <p>O pagamento dos juros das debêntures ocorrerá anualmente, sendo que a cada período de capitalização, em data coincidente com o aniversário das debêntures, será paga toda a remuneração relativa ao período de capitalização anterior, calculada sobre o Valor Nominal Unitário - VNU, isto é, será paga toda a variação da taxa ANBID +2 a.a. (dois por cento ao ano). Na falta de divulgação pela ANBID da taxa citada, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósitos mais negociados, para lotes de valor equivalente a 1.000 (um mil) debêntures, obtidas pelo Agente Fiduciário junto às seguintes instituições: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú S.A e Banco HSBC Bamerindus S.A.</p> <p>Para fins de cálculo dos juros remuneratórios decorrentes da Emissão, a base de remuneração será a variação acumulada da taxa ANBID capitalizada de spread de 2% a.a. (dois por cento ao ano), aplicada ao valor nominal unitário. Entende-se como taxa ANBID + 2% a.a., a taxa acumulada de juros calculada com base nas taxas de juros dos CDB's pré-fixados mais negociados, divulgada pela ANBID, acrescida (capitalizada) de um spread fixo de 2% a.a.</p> <p>A Emissora reserva-se o direito de a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal, não amortizado, acrescido da base de remuneração e juros remuneratórios devidos na data de resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas com antecedência de 15 (quinze) dias da data do resgate.</p>
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições das debêntures e da Emissão dependerão de aprovação de debenturistas que representem, que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
<b>Outras características relevantes</b>	<p>A escritura de debêntures previu a emissão de até 15.000 (quinze mil) debêntures, mas, em realidade, foram emitidas apenas 3.000 (três mil) debêntures, sendo o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS o único debenturista.</p> <p>Em 04 de setembro de 2000, foi firmado o Adiantamento ao Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples da Companhia que alterou: (i) o pagamento de juros para a data de 01 de agosto de 2000; (ii) a recompra de 200 (duzentas) debêntures por mês a partir de 01 de fevereiro de 2000, até a data de 01 de julho de 2001, ou prorrogando-se até o dia útil seguinte, totalizando 1.200 (mil e duzentas) debêntures, através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Central de Custódia e Liquidação Financeira - CETIP e Instituição financeira a ser indicada. A seguir, as 1.200 debêntures serão canceladas pela Emissora; (iii) o resgate do saldo de 1.800 (mil e oitocentas) debêntures se dará em 01 de agosto de 2001, data de seu vencimento. Ficam mantidas as demais condições das debêntures.</p>

**18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

As ações da Companhia são admitidas à negociação no mercado tradicional da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos CAMB3 e CAMB4.

### **18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários em negociação nos mercados estrangeiros.

**18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, não realizou oferta pública de distribuição de seus valores mobiliários.

### **18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros.



**18.10 - Outras informações relevantes**

Após o vencimento das debêntures mencionadas no item 18.5, a Companhia manteve disputa judicial com os debenturistas, a qual teve solução em outubro de 2010, mediante acordo judicial, resultando na assunção do valor acordado a ser pago em até 60 meses, corrigidos pelo INPC e acrescido de juros de 8,5% (oito e meio por cento) ao ano. Manteve-se como garantia de adimplência a marca "Penalty".

A Companhia vem cumprindo mensalmente a referida obrigação de pagamento, sendo, nesta data, devida 29 (vinte e nove) parcelas no valor de R\$ 331.342,09 (trezentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e dois reais e nove centavos) cada.

## **19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há nesta data, nem houve, nos últimos 3 exercícios sociais, qualquer plano de recompra de ações de nossa emissão.

## **19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há, nesta data, nem houve, nos 3 últimos exercícios sociais, qualquer valor mobiliário mantido em tesouraria.

**19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social****Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data de encerramento do último exercício social, mantínhamos em tesouraria o total de 8 (oito) ações ordinárias e 248 (duzentas e quarenta e oito) ações preferenciais. Para mais informações sobre tais valores mobiliários mantidos em tesouraria, veja o item 19.4 deste Formulário de Referência.

#### 19.4 - Outras informações relevantes

Em 27 de agosto de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Ordinária o grupamento de ações da Companhia, atribuindo-se 01 (uma) nova ação em substituição a cada grupo de 20 (vinte) ações de cada espécie existente.

Há época, os acionistas tiveram o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do aviso aos acionistas a respeito do grupamento, para, a seu livre crédito, por meio da compra ou venda de ações, ajustarem suas posições acionárias em lotes múltiplos de 20 (vinte), por espécie, mediante negociação privada ou em bolsa de valores, de modo que suas ações não gerem frações após o grupamento.

Depois de transcorrido o prazo para ajuste das posições, as ações passaram a ser negociadas grupadas e cotadas unitariamente e as frações de ações resultantes do grupamento foram separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas na BOVESPA, sendo os valores resultantes da alienação disponibilizados proporcionalmente aos detentores dessas frações.

Após a realização do leilão, restaram sobras das frações de ações, sendo 2 (duas) ações ordinárias e 62 (sessenta e duas) ações preferências, que foram transferidas pela BOVESPA ao Banco Itaú S.A. para manutenção em tesouraria. Essas ações permanecem em tesouraria.

Em 20 de abril de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o desdobramento de ações preferenciais e ordinárias da Companhia, à razão de 1 (uma) ação para 4 (quatro) ações.

A exemplo do grupamento anteriormente mencionado, depois de transcorrido o prazo para ajuste das posições, as ações passaram a ser negociadas grupadas e cotadas unitariamente e as frações de ações resultantes do grupamento foram separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas na BOVESPA, sendo os valores resultantes da alienação disponibilizados proporcionalmente aos detentores dessas frações.

Após a realização de venda das ações BOVESPA, restaram sobras das frações de ações, sendo 6 (seis) ações ordinárias e 186 (cento e oitenta e seis) ações preferências, que foram transferidas pela BOVESPA ao Banco Itaú S.A. para manutenção em tesouraria. Essas ações permanecem em tesouraria.

Desta forma, em 31 de março de 2013, a Companhia mantém em tesouraria o total de 8 (oito) ações ordinárias e 248 (duzentas e quarenta e oito) ações preferenciais.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

**Data aprovação****30/04/2012****Cargo e/ou função**

A Política de Negociação se destina aos acionistas controladores, diretos e indiretos, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente ("Pessoas Vinculadas"). As obrigações previstas na Política de Negociação são igualmente aplicáveis às pessoas listadas anteriormente e integrantes de sociedades controladas ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente às Políticas de Negociação e estejam obrigados a observância das regras nela descritas.

**Principais características**

As normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se dêem de forma indireta para o benefício próprio delas, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (a) sociedade por elas controlada, direta ou indiretamente; (b) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; (c) procuradores ou agentes; e/ou (d) cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto sobre a renda. Entende-se por negociações indiretas aquelas nas quais as Pessoas Vinculadas, apesar de não as conduzirem em seu nome, tenham o controle e o poder decisório sobre a realização da negociação.

A Política de negociação tem como objetivo esclarecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

As regras da Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações relevantes não divulgadas ao público.

Quaisquer dúvidas acerca das disposições da Política de Negociação, da regulamentação aplicável editada pela CVM ou sobre a possibilidade de se realizar ou não determinada negociação deverão ser esclarecidas juntamente ao administrador da Política que é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

## 20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

### **Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização**

Às Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia: (a) no período de 15 dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) exigidas pela CVM; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio e a publicação dos respectivos editais ou anúncios e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 06 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia. No contexto de uma oferta pública de distribuição de valores mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução CVM nº 400/03, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.

As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de Informação Relevante originada durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários até: (a) o encerramento do prazo de 6 (seis) meses contado da data de seu afastamento; ou (b) desde a data em que tenham tomado conhecimento de ato ou fato relevante até a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia.

---

## **20.2 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.



**21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações**

Exceto pela nossa Política de Divulgação aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012 cujo teor encontra-se descrito no item 21.2 deste Formulário de Referência, não há outras normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações.

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Conforme Instrução CVM nº 358/02, nossa Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“Política de Divulgação”) consiste no estabelecimento de elevados padrões de conduta no uso e divulgação de informações relevantes e na manutenção do sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Nossa Política de Divulgação foi aprovada em Assembleia Geral de nossos Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012.

Nossa Política se destina a: (i) Administradores, Acionistas Controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Companhia; (ii) Funcionários e Executivos com acesso a Informação Relevante; e, ainda; (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia (“Pessoas Vinculadas”).

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Ato ou Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, visando especialmente assegurar aos investidores a disponibilidade, em tempo hábil, de forma eficiente e razoável, das informações necessárias para as suas decisões de investimento, assegurando a melhor simetria possível na disseminação das informações.

Desta forma, impedindo o uso indevido de informações privilegiadas no mercado de valores mobiliários pelas pessoas que a elas tenham acesso, em proveito próprio ou de terceiros, em detrimento dos investidores em geral, do mercado e da própria Companhia.

Os eventos relacionados com o Ato ou Fato Relevante devem ter a sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas e não em abstrato, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado, das perspectivas da Companhia.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá dar-se por meio de anúncio publicado nos jornais de grande circulação habitualmente por utilizados pela Companhia, podendo a Companhia optar por realizá-lo de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários a sua compreensão, desde que indique nos anúncios o(s) endereço(s) na Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, às Bolsas de Valores e à SEC. A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de emissão da Companhia, no País ou no exterior. Caso haja incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Em relação aos prazos para informar e divulgar, o Diretor de Relações com Investidores deverá, observar, ainda, o que segue: (i) comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência; (ii) divulgar

## **21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado em qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior; e (iii) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores onde são negociados os ativos de sua emissão, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação.

Todas as informações sobre Ato ou Fato Relevante da Companhia serão centralizadas na pessoa do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, que é responsável pela divulgação e comunicação de Ato ou Fato Relevante. As Pessoas Vinculadas deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma da Instrução CVM nº 358/02), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, os mesmos somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

As Pessoas Vinculadas terão o dever de (i) guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado, bem como (ii) zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento do dever de sigilo. Para fins de orientação, sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de Informação Privilegiada, deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A regra geral em relação a Ato ou Fato Relevante é a de sua imediata comunicação e divulgação. Em qualquer caso, deixar de comunicar e divulgar Ato ou Fato Relevante é uma excepcionalidade e deverá ser objeto de análise.

Em casos excepcionais, que constituam Informação Privilegiada, o Ato ou Fato Relevante poderão deixar de ser divulgados se os Acionistas Controladores ou dos Administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente os Acionistas Controladores e estes decidam por sua não divulgação, deverão os Acionistas Controladores informar ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia.

**21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas**

Os Administradores e Acionistas Controladores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo do Ato ou Fato Relevante, cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

Caso a CVM decida pela divulgação do Ato ou Fato relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à Pessoa Vinculada, conforme o caso, que comunique o Ato ou Fato Relevante às Bolsas de Valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Instrução CVM 358/02.

.

### **21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da nossa Política de Divulgação é o nosso Diretor de Relações com Investidores.

## **21.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

**22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

## **22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos nossos negócios.



**22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não houve contratos relevantes celebrados por nós ou nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

## **22.4 - Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.